

OS POVOS DA FLORESTA SE ORGANIZAM

tempo e presença

Publicação do CEDI • Numero 241 • Ano 11 • NCz\$ 1,00

CRISE, s. f. (gr. *krisis* crise). Alteração para bem ou para mal, que se manifesta súbitamente no curso de uma doença. *Crise de nervos*, ataque de nervos. *Fig.* Conjuntura perigosa, situação anormal e grave. *crise financeira, crise polí-*

Crise econômica **A lógica da mentira**

dívida externa • privatização • economia submersa

tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Maio 89

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e

Jornalista Responsável
Gilberto Nascimento
Reg. Prof. n.º 14.261

Editor de Arte e

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Newton Vagner Diniz
Sônia Maciel Moraes

Capa

Samuel Ribeiro Junior

Fotolito, Impressão e

Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

NCz\$ 1,00
Assinatura anual
NCz\$ 10,00
Assinatura de apoio
NCz\$ 15,00

Tenho oitenta anos, mas minha cabeça é jovem. Gosto, de pensar, de mudar. Sou leitora de *Tempo e Presença* e leio a revista refletindo, renovando-me e me conscientizando. Se fosse jovem, agora, seria uma militante política. Agradeço, mais uma vez, a leitura que leva a refletir, a aprender e a caminhar para a frente.
Iracema C. de França Campos Valença, RJ

Quero parabenizá-los pelo empenho da revista à causa ecológica e amazônica. Temos consciência que essa é uma bandeira de todos os homens de "boa vontade" e, principalmente, dos que já estão aí nas lutas sócio-políticas e sindicais.

Nós, aqui do Pará, temos um problema que também é trágico e não vem recebendo tanta atenção dos órgãos governamentais (o que não é novidade) e nem dos companheiros ecologistas. É a contaminação por mercúrio de nossos rios. Ficamos mais preocupados quando vemos as conseqüências na saúde da população ribeirinha e garimpeira. Sabemos que ainda piores são as conseqüências a longo prazo, quando o metal entra na cadeia genética, transmitindo às futuras gerações males e sofrimentos terríveis.

Com a posse de vários dados e informações práticas, já que trabalhamos no interior com as comunidades eclesiais de base e sindicatos, estamos nos dispondo a colaborar com artigos para conseguir solidariedade e ajuda.
Frei Florêncio Almeida Vaz Filho Belém, PA

Trago minhas palavras de apoio e confiança a esta conceituada revista que tem sido de grande valia para mim. Sabe-se que o país passa por dificuldades, fruto de ações inescrupulosas daqueles que se dizem brasileiros, mas que, ao não se saciarem com sua própria rapinagem, se aliam aos interesses exteriores para terminar com nossa educação, nossa saúde, nosso verde, enfim, com tudo o que é sadio e a natureza nos deu. Depois, vêm nos vender tudo isso por altos preços. Vivem assim mais do Brasil do que para o Brasil. No momento em que se procura os culpados por essa situação e eles não são apontados, as vítimas debatem-se para emergir do dilúvio de medidas financeiras que venham satisfazer a fo-

me voraz do capital selvagem que sufoca, afoga e destrói toda e qualquer aspiração de vida digna do povo brasileiro. Reitero, por isso, meu apoio à revista *Tempo e Presença*, que tem sido um canal de comunicação da verdade aos leitores.

Mércia Maria da Cunha Melo Medina, MG

CRÉDITOS DE FOTOS

No n.º 240 de *Tempo e Presença* foi omitido o crédito à Editora Abril na foto de Ronaldo Kotscho (p. 28) que ilustra o artigo "Yanomami: o perigo do extermínio". Também foram publicadas sem crédito as fotos de William Croker (p. 33) e de Mércio Gomes (p. 34) que ilustram o artigo "O clamor indígena e os sinais dos tempos".

NOTA

No dia 27 de abril, o Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal a imediata paralisação de todas as usinas siderúrgicas que estavam funcionando ao longo da estrada de ferro do Pólo Siderúrgico de Carajás. Foi uma vitória das entidades que pediram abertura de inquérito, em outu-

bro do ano passado, sobre crimes ecológicos e operação ilegal de siderúrgicas na região. As entidades que moveram o processo, em um total de 17, são as seguintes:

Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Associação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia; Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA-RJ); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) do Pará; Centro de Trabalho Indigenista (CTI-SP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase); Gabinete de Assistência Jurídica Popular (Gajup-PE); Instituto Apoio Jurídico Popular (Ajup-RJ); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Instituto de Estudos Amazônicos (IEA); Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs-RJ); Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário no Brasil	NCz\$ 4,00
História dos metalúrgicos de S. Caetano	NCz\$ 4,50
Trabalhadores urbanos 82/84	NCz\$ 8,50
Imagens da luta	NCz\$ 32,00
Debate sindical n.º 8 — Dívida Externa	NCz\$ 1,60
Debate sindical n.º 9 — A nova Constituição	NCz\$ 1,60
Revista <i>Apoio</i> - Os trabalhadores na indústria bélica	NCz\$ 0,80

DÍVIDA EXTERNA

Dívida externa e Igrejas: uma visão ecumênica	NCz\$ 21,00
---	-------------

EDUCAÇÃO POPULAR

A caminho da escola (Cad. 15)	NCz\$ 3,00
Participação popular e escola pública (Cad. 19)	NCz\$ 5,50
Alfabetização de adultos: ainda um desafio	NCz\$ 1,30
Educação de jovens e adultos trabalhadores em debate	NCz\$ 2,30

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983, aos cuidados do Setor de Distribuição — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Crise econômica

- 4 ECONOMIA BRASILEIRA: POR UMA UTOPIA CONCRETA
Aloizio Mercadante Oliva
- 7 BRASIL: ECONOMIA ESTATIZADA OU ESTADO PRIVATIZADO
Marcos Arruda
- 11 ECONOMIA SUBMERSA, SOLUÇÃO PERVERSA
Herbert de Souza
- 14 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA
Ana Lagôa
- 17 AMBULANTES: A ORGANIZAÇÃO SUPERA DESAFIOS
Maurício Broinizi Pereira e Rita de Cássia Alves Oliveira
- 21 ARMADILHAS TEOLÓGICAS NA AMÉRICA LATINA
Hugo Assmann

Ecumenismo

- 23 IGREJAS E DÍVIDA EXTERNA
Jether Pereira Ramalho
- 25 "SOMOS CO-RESPONSÁVEIS PELOS DESTINOS DA NAÇÃO"
Declaração final da Consulta sobre Igrejas e Dívida Externa

Milton Schwantes

- 27 AMARGAMENTE DOCE

Ecologia

- 28 POVOS DA FLORESTA RESISTEM À DEVASTAÇÃO
Maurício Waldman

América Latina

- 31 A PRIVATIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO
Franz J. Hinkelammert

Bíblia hoje

- 33 RUTE E NOEMI: CORAGEM EM TEMPOS DE CRISE
Tânia Mara Vieira Sampaio

Livros

- 35 ESCOLA: UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO
João Pedro da Fonseca

A LÓGICA DA MENTIRA

A crise econômica que o Brasil atravessa tem sido discutida sob vários ângulos e as soluções apresentadas são muito variáveis. Certamente o peso maior da crise recai sobre aqueles que vivem do seu trabalho, principalmente os setores mais empobrecidos da população.

Há uma certa orquestração, muito bem alimentada pelos meios de comunicação social, que coloca como elemento principal da crise o desempenho do Estado e aponta como fórmula mágica a política de privatização, dentro do funcionamento pleno e livre das leis do mercado.

Para esses analistas, os mecanismos do mercado funcionam de forma inteiramente natural e espontânea, dentro do dogma soberano da "lei da oferta e da procura". Decreta-se, dessa forma, a propalada igualdade de oportunidades e atribui-se às leis do mercado uma sabedoria onisciente e permanente, impossíveis de serem abolidas. O mercado livre passa a ser o grande harmonizador das necessidades individuais. Naturalmente que esses mecanismos vão sendo aperfeiçoados e, para o seu funcionamento, as desigualdades que proporcionam são resultados naturais e até incentivadoras desse processo. Haverá sempre aqueles que vão sendo excluídos ou colocados em situação subalterna e dependente. O escândalo da dívida externa é um exemplo concreto dessa situação, e o seu não pagamento é uma heresia inaceitável. Quebraria um dogma sagrado.

Nos últimos anos, as vítimas desse sistema são contadas aos milhões, oriundas principalmente das populações do Terceiro Mundo. Os grupos dominantes, culpando o Estado como o principal causador do descalabro econômico, procuram encobrir a perversidade das relações econômicas e omitem suas próprias culpas. Apresentam-se, ao contrário, como benfeitores dos seus semelhantes, produtores liberais de riqueza, de trabalho e de amplas oportunidades para todos. Muitos até acreditam que realmente encarnam esse papel. A presença de milhões de carentes deve ser explicada, não na economia excludente e desigual, mas por outros fatores, de ordem moralista ou não e, naturalmente pela ineficácia do Estado. Na legitimação dessa teoria econômica aparecem, com frequência, até pressupostos de certa teologia.

Mas a população, com o preço até da própria vida, vai buscando formas de sobrevivência. A economia alternativa cresce, a criatividade do povo chega a situações extremas e o sacrifício alcança patamares inaceitáveis. Apesar disso, a utopia de uma nova sociedade não esmorece, as esperanças se alimentam na luta e na fé, e a caminhada prossegue, apesar dos duros obstáculos.

Este número de Tempo e Presença quer contribuir para desvelar essa lógica da mentira de nossa estrutura econômica e mostrar alguns aspectos da sua falsa legitimidade. Mas também oferecer elementos para fortalecer aqueles que procuram construir um mundo novo.

ECONOMIA BRASILEIRA POR UMA UTOPIA CONCRETA



Aumentar a riqueza social e gerar empregos é uma condição básica para melhoria do bem-estar da nossa sociedade

Aloizio Mercadante Oliva

Seremos 179 milhões de brasileiros na virada do século e 143 milhões deverão viver nas cidades se forem mantidas as tendências demográficas atuais. Apenas para absorver os jovens que estarão chegando no mercado de trabalho até o ano 2000, precisaríamos crescer a uma taxa média de 6% do PIB.

Porém, estamos assistindo uma década de estagnação econômica e degeneração social, onde a taxa de crescimento está em um patamar que é meta-de desta, e o PIB por habitante praticamente não cresceu.

Portanto, um dos nossos primeiros desafios é voltar a crescer, porque aumentar a riqueza social e gerar empregos é uma condição básica para melhoria do bem-estar da nossa sociedade. A história da sociedade brasileira tem revelado que crescer para depois distribuir foi uma grande farsa para as maiores populações. Entre 1960 e 1980, o PIB cresceu a uma taxa de 8,5% ao ano. Em 1960, um entre cada três brasileiros consumia menos que 2.240 calorias por dia. Em 1980, dois entre ca-

a três brasileiros estavam nestas condições. É fundamental voltar a crescer, desde que a retomada do crescimento esteja definitivamente associado a distribuição da renda, da riqueza e do poder.

Nós todos que lutamos contra a ditadura militar, que resistimos aos cantos de sereia da "Nova República" e do governo Sarney, que mantivemos nosso compromisso com estes desafios, ganhamos a confiança da população. E exatamente por isto não podemos iludir esta confiança, especialmente em um ano eleitoral. O ano de 1989 é uma oportunidade única para a sociedade se questionar, fazer um balanço e definir novos rumos, que assegurem, no plano econômico, retomada do crescimento com distribuição de renda. Mas não podemos fazer falsas promessas, transformar complexos problemas de todo um povo em palavras de ordem aparentemente mágicas e simplificadoras.

Temos que ser realistas: vamos assumir um Estado dilapidado, qualquer que seja o governo de esquerda que

vença as eleições. Teremos uma máquina administrativa dilacerada, ineficiente e inoperante. Teremos limites institucionais muito claros e precisos, especialmente um Congresso majoritariamente conservador durante pelo menos um ano de governo. Para não falar que teremos os poderosos grupos econômicos e os privilegiados de todas as esferas abertamente contra, sem se esquecer das dificuldades em enfrentar as Forças Armadas com vocação de tutela sobre a sociedade e marcadamente conservadora.

Será neste ambiente hostil, enfrentando inúmeras dificuldades e obstáculos, tendo diante de nós imensas expectativas, que teremos que governar e mudar o país. A campanha eleitoral tem ganhado na imprensa um contorno de jogos de cenas entre candidatos, de discussões sobre assuntos evidentemente superficiais e secundários, ainda que alguns partidos se esforcem para elevar o nível do debate e se debruçam para elaborar propostas articuladas e competentes de governo. São muitas as propostas, entre os partidos progressistas do campo da esquerda, sobre como enfrentar a dívida externa, a dívida pública, a reforma financeira, a reforma do Estado e a reforma agrária.

É evidente, que há diferenças significativas entre estas propostas. Alguns, como o Lula, pretendem governar organizando a sociedade e os trabalhadores, sustentando um programa de transformações econômicas e sociais nas organizações populares, nos sindicatos e movimentos alternativos. Outros confiam mais no seu carisma, na sua relação direta com o povo, sem dar destaque ao papel dos partidos e organizações sindicais e populares. Outros estão marcando posição, sem qualquer pretensão eleitoral. Porém, de forma geral, o debate não tem enfrentado a possibilidade de agravamento da crise econômica até as eleições e a avaliação do provável cenário no momento da posse do novo governo, em março de 1990. É exatamente sobre esta questão, que definirá todo o contexto de governabilidade do novo presidente, que gostaria de centralizar este artigo, ou seja, sobre o *realismo* progra-

mático e a crítica às ilusões de poder, ao voluntarismo político e ao populismo inconsequente.

Realismo político e política de governo — Há todo um conjunto de temas que vem sendo discutido que mereceriam um tratamento mais cuidadoso, não apenas dos candidatos, mas também dos partidos e principalmente da militância.

Um primeiro exemplo é a política salarial. Todos querem aumentar os salários. No campo conservador os salários estarão submetidos às leis do mercado, ao crescimento econômico e à produtividade. Um filme que já assistimos e que levou a esta brutal concentração de renda. O que seria uma política salarial e de rendas alternativa? Os aumentos de salário para serem *reais e duradouros* terão que ter uma relação direta e permanente com a *estrutura produtiva*. Não adianta aumentar o salário mínimo ou os demais níveis salariais rapidamente, se não houver uma contrapartida na produção e disponibilidade de produtos. Isto significa que devemos aumentar os salários, especialmente o salário mínimo, promovendo uma política que modifique o perfil da distribuição de rendas, mas paralelamente impulsionar uma política industrial que amplie o setor produtor de bens de consumo de massa, como alimentos, calçados e vestuários.

O impulso à modernidade tecnológica e o esforço do Estado têm que se concentrar exatamente em assegurar o avanço da capacidade de produção deste setor, sem o quê, os aumentos salariais se transformarão em inflação ou filas. O mesmo para a política agrícola: se não aumentarmos a produção de alimentos e sua disponibilidade interna não adiantará dar salários, ainda que os salários sejam um estímulo para ajudar a modificar o perfil da oferta de produtos e serviços. Os ritmos e prazos entre as mudanças no perfil da demanda e o novo padrão de oferta têm que ser compatibilizados.

Não é mais possível continuar assistindo arrochos salariais sucessivos, impostos por uma elite dominante voraz e irresponsável, mas também não podemos avançar pelo caminho da demagogia e do populismo, igualmente inconsequentes e irresponsáveis.

Dívida interna e sistema financeiro — A dívida interna é um outro exemplo muito rico. Todos sabemos que a dívida interna foi gerada pelo processo de estatização da dívida externa, pela privatização do setor público, pelos descalabros e irresponsabilidades no trato da coisa pública pelos governos anteriores. Todos sabem também

que a dívida pública alimenta a especulação financeira, pressiona a taxa de juros, acelera a inflação e dificulta a retomada dos investimentos produtivos. A dívida pública interna é a base do cassino em que se transformou o sistema financeiro nacional. Porém, como acabar com este processo? Nesta questão, a demagogia eleitoral é muito arriscada.

A fuga de capitais destes ativos financeiros para ativos reais, que tende a ser estimulada pela incerteza eleitoral ou pela demagogia de alguns candidatos, pode efetivamente deflagrar uma hiperinflação e desestabilizar o frágil e instável equilíbrio das finanças públicas. De outro lado, a voracidade dos grandes credores da dívida pública sobre o Estado também acabará levando o país para a hiperinflação. Temos pois, duas alternativas básicas. Uma saída selvagem, que será a hiperinflação e que transformará os títulos da dívida pública em papéis de parede com conseqüências sociais, econômicas e políticas inimagináveis. E a outra, que é a saída negociada, onde os grandes credores aceitarão se sentar a mesa e rediscutir o perfil da dívida e/ou converter parte destes títulos em um fundo de investimentos e políticas sociais, para alavancar a retomada do crescimento econômico. Aqui o realismo terá que prevalecer, sem o qual não há saída para o grave impasse das finanças públicas.

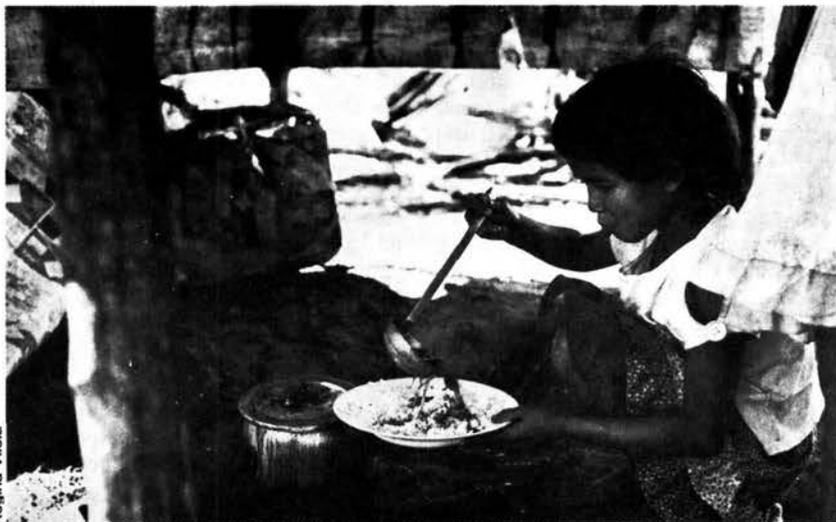
Quanto ao sistema financeiro, não adianta estatizar, porque hoje o patri-

mônio líquido dos bancos privados é equivalente a um terço dos títulos públicos que estão sob sua respectiva responsabilidade jurídica. *Estatizar os bancos é estatizar a dívida pública em poder dos bancos*. O melhor caminho não é o caminho mais curto. O fortalecimento dos instrumentos do Estado como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal são muito mais eficazes para a conjuntura imediata, ainda que a estatização possa vir a ser um último recurso.

Combate à inflação — Aqui realmente não há debate. Com um breve balanço dá para perceber que as inúmeras tentativas, heterodoxas e ortodoxas, de combate à inflação fracassaram não só no Brasil mas na ampla maioria dos países endividados da América Latina. Os candidatos têm fugido deste tema, como o diabo foge da cruz. O PT foi o único partido a lançar um Plano Econômico Alternativo de Emergência, que tinha como objetivo central combater a inflação. Depois veio o Plano Verão e com ele uma conjuntura muito grave.

O Plano Verão e sua herança — O fracasso do Plano Verão deixa como herança um potencial inflacionário superior ao que existia antes desta nova iniciativa de política de estabilização da economia. O grande argumento em defesa do Plano Verão por parte do governo Sarney e seus últimos aliados era a necessidade de evitar a ameaça da hiperinflação, em um contexto em que as taxas mensais já superavam

Em 1960, um em cada três brasileiros consumia menos de 2.240 calorias por dia. Agora, dois entre cada três brasileiros estão nessa condição





João Roberto Ribeiro

Temos que combater as ilusões de poder e o populismo demagógico, sob pena de assistir a uma grave derrota das forças de esquerda nas eleições, ou depois da posse

30% ao mês. O plano elegeu dois grandes perdedores: o setor público e os trabalhadores assalariados. No caso do setor público as taxas de juros elevadíssimas nos primeiros meses do Plano Verão significaram uma violenta transferência de capital do Estado para o setor privado, permitindo um colchão amortecedor para as margens de lucro frente a um congelamento anunciado com antecedência, agravando de forma brutal a crise das finanças públicas.

Os trabalhadores, que já vinham de sucessivos choques nos salários e de um processo intensivo de perdas decorrentes da aceleração inflacionária, sofreram um violentíssimo arrocho salarial. Os trabalhadores assalariados continuam pagando o preço das tentativas de ajuste, e mesmo com a realização de uma poderosa greve geral e de um imenso volume de paralisações por categorias, com greves amplas e prolongadas, não estão conseguindo repor as perdas salariais impostas pela política econômica e permanecem com os salários indefesos frente à inflação futura.

O impasse fundamental é que sem o enfrentamento dos problemas estruturais da economia, como a dívida externa, a dívida pública, a retomada do crescimento econômico e a distribuição de renda, não haverá estabilidade de preços duradoura. E, ao mesmo tempo, parece absolutamente inviável espe-

rar que este governo desgastado, desacreditado e isolado seja capaz de realizar esta tarefa.

Nestas condições, podemos concluir que apesar da capacidade de resistência e resposta da economia brasileira, de seu imenso potencial de crescimento, da grande liquidez e baixo nível de endividamento das empresas privadas, o quadro econômico, no contexto do atual governo, deverá se deteriorar significativamente neste final de ano.

Este acúmulo crescente de problemas associado ao fracasso sucessivo de tentativas ortodoxas e heterodoxas de estabilização da conjuntura, parecem apontar para um cenário econômico extremamente difícil para o novo governo, qualquer que venha a ser. Teremos mais de dez meses de governo Sarney, dois turnos para as eleições, um período de mais de três meses entre a vitória e a posse, onde o processo político e a incompetência do governo só reforçam a expectativa de agravamento da crise.

Algumas experiências recentes, como o Cruzado 2 e o governo de Andrés Perez na Venezuela demonstram que o respaldo nas ruas pode se dissolver com muita rapidez se os discursos de campanha não são compatíveis com as atitudes de governo. E, ao mesmo tempo, o agravamento da crise e a crescente instabilidade econômica deverão

emergir como questões importantes durante o processo eleitoral. Por tudo isto, parece essencial que os partidos e candidatos de esquerda discutam abertamente este problema, que procurem respostas para já, para este período que antecede as eleições, porque a desestabilização econômica pode interessar aos desesperados setores de direita, mas não interessa a democracia brasileira e aos trabalhadores. Definir uma política de ajuste solidária, que penalize as classes de alta renda e proteja as classes desfavorecidas é uma exigência do atual momento político e pode amenizar o cenário de agravamento da crise que o novo governo necessariamente enfrentará, mantida a política econômica atual.

Acumular forças e fazer alianças

— Para ganhar as eleições, governar o país e mudar o Brasil é preciso realismo político, acumulação de forças e política de alianças. Temos que combater as ilusões de poder e o populismo demagógico, sob pena de assistirmos uma derrota política grave das forças de esquerda nestas eleições. Podemos e temos que tensionar a institucionalidade conservadora constituída, incorporar os avanços na correlação de forças que o respaldo das urnas e o processo eleitoral poderão assegurar, mas mantendo uma visão estratégica para um programa de governo neste próximo período. Um Brasil contemporâneo, com soluções do nosso tempo. Um Brasil mais justo e efetivamente democrático que assegure participação popular nas decisões políticas de Estado. Um Brasil que retome o crescimento com distribuição de renda e preservando os recursos ecológicos. Um Brasil, onde o novo que está nascendo se imponha às velhas formas de se pensar e fazer política, poderá efetivamente começar a ser construído a partir destas eleições. Mas para isto é preciso combinar nossa imensa vontade política com a pequena possibilidade de realização que esta conjuntura imediata nos impõe. E toda longa caminhada começa por um primeiro passo. Se conseguirmos iniciar as transformações que este sofrido povo tanto reclama e espera, o Brasil mudará definitivamente de cara. A possibilidade de realização de nossa utopia histórica dependerá da capacidade de encarmos a realidade como ela efetivamente é, ou seja, de promovermos uma política realista, responsável e transformadora.

Aloizio Mercadante Oliva é economista e membro do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

'O guerreiro segura a espada como segura um passarinho: nem forte demais, para não matá-lo, nem fraco demais para não deixar que escape' (dito tradicional chinês).

Um grande debate se instalou no mundo contemporâneo, iniciado há pelo menos três séculos, em torno de algo que é mais que um conflito de conceitos e que a experiência acumulada, tanto nos capitalismo como nos socialismos de diferentes tipos, parece não ter ainda sido capaz de resolver em nenhuma parte do mundo: a relação entre o mercado, com suas forças impessoais, e a intervenção reguladora do Estado.

O mercado capitalista tem-se revelado, pelos seus resultados, historicamente incapaz de responder aos anseios já tradicionais da espécie humana de liberdade (concebida como oportunidade oferecida a cada ser humano de desabrochar plenamente os seus potenciais de criação e de felicidade, "indo até o fim de si próprio"), de igualdade (enquanto direito de todo ser humano de participar, segundo suas qualidades e suas forças, no esforço comum de promover, um por meio do outro, o futuro do indivíduo e da espécie) e de fraternidade (uma interligação orgânica um ser humano com o outro, fundada mais que tudo "no fato de representarmos, todos juntos, a frente externa, a ponta de uma onda evolutiva ainda em pleno curso") — Pierre Teilhard de Chardin, *A essência da idéia de democracia: uma abordagem biológica do problema*, 1949, monografia do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs).

As experiências socialistas, por sua vez, tampouco trouxeram respostas convincentes para o dilema entre indivíduo e coletividade, entre iniciativa privada e intervenção estatal. Ao tentarem corrigir o excessivo individualismo dos capitalismo liberais, levaram à prática um coletivismo também excessivo, centrado em um único agente, o Estado. Esse coletivismo gerou novas clivagens sociais, fundadas não tanto nas relações sociais de produção quanto na parca distribuição do poder e do saber; portanto, processos de alienação de cunho político-cultural, resultantes de uma concepção também metafísica (apesar da retórica "materialista e dialética") do ser humano, da sociedade e das relações entre os indivíduos que a compõem. Sete décadas destas experiências têm levado a movimentos em favor de mudanças profundas, que incluem a valorização da dimensão subjetiva, individual e singular de cada um, no contexto da coletividade,



Regina Vieira

BRASIL

ECONOMIA ESTATIZADA OU ESTADO PRIVATIZADO?

É necessário adotar o ser humano e não o capital como parâmetro para redefinir o papel do Estado em relação a dois segmentos fundamentais: a sociedade civil e o setor privado

Marcos Arruda

de, e a promoção de um espaço mais ou menos largo para as iniciativas dos agentes econômicos individuais.

Na raiz destas contradições está, nos dois casos, o conflito entre noções aparentemente inconciliáveis: no plano econômico, liberalismo e intervencionismo ou planejamento centralizado (iniciativa privada e Estado); no plano social, indivíduo e sociedade/comunidade/coletividade; no plano político, democracia e socialismo, liberalismo e dirigismo.

Nossa convicção converge com a de Chardin, apontando em dois sentidos:

1) subjacente à questão política fundamental — a da democracia — está o fato de que o ser humano é, *ao mesmo tempo*, indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade: o desafio, portanto, consiste em como abrir ao indivíduo o máximo de espaços de modo que ele possa desenvolver plenamente sua originalidade e criatividade, no sentido do desabrochamento crescente dos valores de reflexão e consciência. E, *ao mesmo tempo*, como assegurar e favorecer as organizações coletivas — inclusive o Estado — enquanto fatores de convergência, "no seio das quais,

O mercado capitalista tem-se revelado, pelos seus resultados, historicamente incapaz de responder aos anseios tradicionais da espécie humana, de liberdade, igualdade e fraternidade



somente e em definitivo, as iniciativas individuais podem encontrar sua realização coletiva e planejamento” (p. 5).

2) a proporção correta de organização coletiva e planejamento, por um lado, e de liberdade de ação individual, por outro, não segue regras absolutas, mas depende de cada povo e de cada momento de sua história.

O que é livre no mercado capitalista transnacionalizado? — A ideologia do livre mercado, formulada primeiro em função das trocas comerciais e, mais tarde, aplicada à produção de bens e serviços, se funda em pelo menos dois pressupostos:

a) de que os diferentes atores que oferecem ou procuram bens e serviços são ou podem ser *livres*;

b) de que a oferta e a procura são fatores cuja livre interação é necessária e suficiente para determinar a distribuição dos recursos e da riqueza em benefício de cada um da sociedade como um todo.

Estas proposições serviram para legitimar todo um sistema de relações

sociais que, mesmo tendo sofrido metamorfoses e reformas, permanece até hoje o sistema mundial do livre mercado ou da livre empresa. O núcleo moral deste sistema é a submissão do ser humano às leis do mercado e o não reconhecimento de qualquer direito humano que não derive de uma posição qualquer no mercado. A propriedade privada é vista como pilar fundamental deste sistema, direito inalienável e salvaguarda do progresso técnico. A ética do livre mercado, por outro lado, implica que todo ato contra a liberdade do mercado é intrinsecamente mau. A justiça é gerada espontaneamente pelo mercado. Logo, toda busca de justiça social é condenável e declarações normativas sobre as injustiças resultantes desses sistemas são irracionais. O principal baluarte desta ideologia é o capital, em particular o capital transnacional, em batalha contra o Estado e sua tendência de intervir nos assuntos sociais e econômicos, conforme Franz Hinkelammert (*The mystique of transnational business and the vision of a just society*, Conselho Mundial de Igrejas, Genebra, novembro 81).

Formulada teoricamente no século 17 por Smith, Locke e outros e retomada com vigor pelos manchesterianos do século 19, a doutrina do livre mercado confirmou-se com inúmeras crises através das quais o capital foi-se tornando cada vez mais concentrado. Incapaz de explicar ou solucionar essas crises, a doutrina foi retomada por inspiração de Keynes no início dos anos 30 e de novo no período de pós-guerra para readaptar-se ao salto qualitativo da produção capitalista no sentido da transnacionalização. Estas reformas consideraram sobretudo a utilização da intervenção estatal como meio para corrigir as “distorções” do mercado — influenciando fundamentalmente no nível de investimento — e na criação de agentes multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, a fim de estabelecer um sistema financeiro mundial com-

patível com o progresso obtido na transnacionalização do comércio e da produção capitalista.

A pesquisa das origens das crises do capitalismo, no entanto, revela duas tendências simultâneas:

a) *concentração crescente do capital e da riqueza* em um número sempre menor de agentes econômicos — crescimento desigual das empresas e grupos econômicos até que os maiores alcancem uma posição de decisiva influência sobre os fatores produtivos e os preços, instituindo-se em oligopólios ou monopólios, excluindo do mercado outros produtores ou consumidores e impondo sobre eles as suas próprias leis;

b) *transnacionalização* das empresas de setores mais dinâmicos. A ética capitalista justificou, pois, a intervenção estatal como uma tentativa de trazer alguma ordem a este novo tipo de capitalismo — o monopolista e transnacional — tentando “corrigir as distorções” e regular a competição.

A intervenção estatal, contudo, não conseguiu conter a marcha do capital para o oligopólio. O gigantismo das grandes empresas nos setores mais dinâmicos da economia capitalista eliminou, absorveu ou subordinou formas mais débeis ou menos eficientes de capital e os grandes empresários e/ou seus representantes políticos vieram ocupar uma posição cada vez mais decisiva nas instâncias do poder político.

Do ponto de vista da sociedade civil, a intervenção do Estado capitalista tem falhado sistematicamente em cumprir sua promessa de crescimento econômico sustentado, democratização dos benefícios do progresso e pleno emprego. Políticos e empresários explicam isto culpando a própria intervenção estatal pela crise, e não a estrutura cada vez mais concentrada do capital e da riqueza. Em vez de restabelecer o livre jogo das forças do mercado, a intervenção estatal de fato o restringiria. Alguns expoentes atuais da ideologia do livre mercado, como Friedrich Hayek, Karl Popper e Milton Friedman, propõem políticas que implicam alcançar o retorno e liberdade do mercado através da conversão do Estado intervencionista em Estado policial repressivo, capaz de defender a propriedade privada e controlar toda pressão no sentido de gerar intervenções do Estado no plano sócio-econômico.

Assim, um empurra-empurra cíclico tem marcado as várias etapas da história do capitalismo industrial: quando há crise no contexto do “livre” mercado, é por falta de uma ação regu-

Do ponto de vista da sociedade civil, o Estado capitalista tem falhado sistematicamente em cumprir sua promessa de crescimento econômico sustentado, democratização dos benefícios do progresso e pleno emprego

ladora; quando a crise advém no quadro do intervencionismo, a causa é a intromissão do Estado inibindo as forças "livres" do mercado.

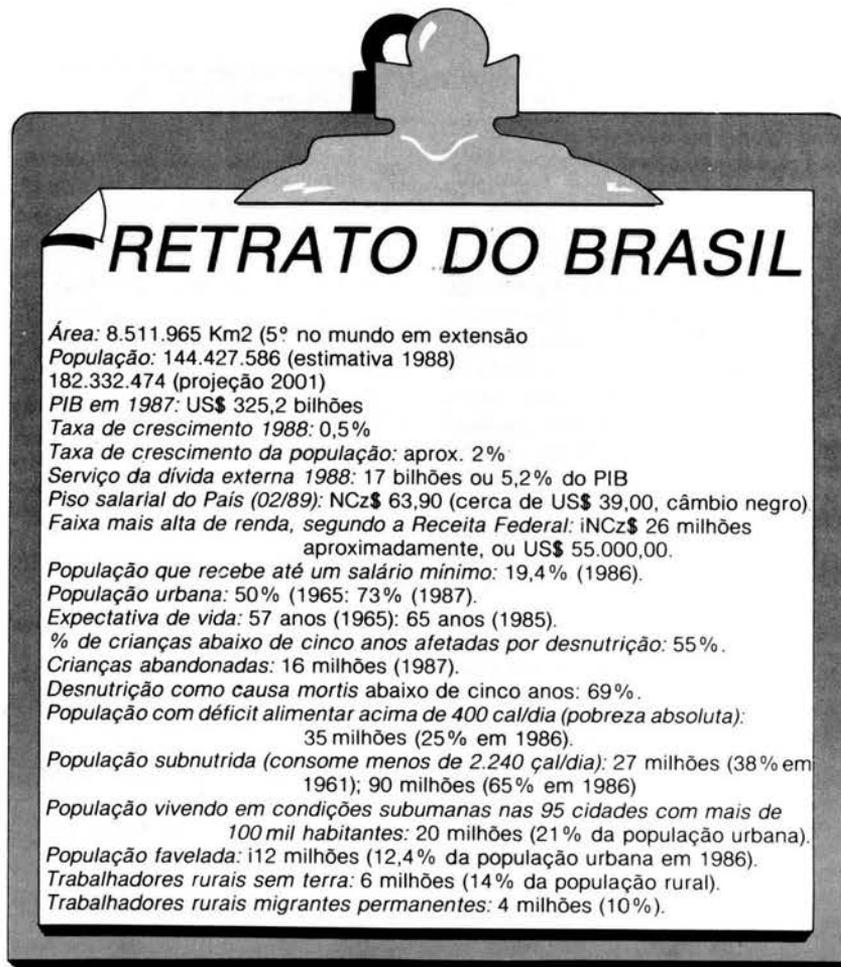
O fato é que nem legislações como a lei antitruste ou as protecionistas dos EUA, nem os diversos pacotes econômicos dos governos brasileiros dos últimos vinte anos jamais foram capazes de inibir a tendência transnacionalizante e oligopolizadora do capital. Não seriam estes os únicos resultados possíveis da evolução de um sistema regulado pela lei do mais forte, no qual a razão de ser da atividade econômica é a concentração de riquezas, em vez de serem as necessidades do ser humano, seu bem-estar e felicidade?

Privatização: saída para a crise?

— É pelo menos curioso que nos primeiros cinco anos desta década mais de quarenta países tenham implementado programas de privatização, como forma de responder aos ciclos recentes da crise que vêm afligindo a economia mundial. Ainda mais curioso é que governos de tendência liberal tenham protagonizado, na década passada, movimentos de estatização em países como os EUA, a Inglaterra, a França, a Espanha, a Suécia e também a Alemanha Federal. As estatizações, em geral, visavam socorrer empresas e setores em crise e viabilizar as reestruturações industriais exigidas pelo aumento da competição em nível global. Mesmo no caso francês, onde pretendiam ter um alcance mais estratégico, as estatizações acabaram contribuindo para fortalecer o papel acumulador do capital privado.

Por outro lado, agravaram os déficits públicos desses países, forçando um aumento das emissões de moeda ou um endividamento crescente do Estado. O resultado foi o aumento da taxa de inflação comercial e de pagamentos, a intensificação da especulação financeira e a queda do investimento produtivo. Reduzida a capacidade financeira do Estado, foi preciso, como no caso da França, recorrer à poupança privada e privatizar filiais de grupos recém-estatizados.

Frente ao cenário de guerra econômico-comercial e financeira cada vez mais intensa entre as economias ricas e entre os grande grupos transnacionais, os Estados foram apanhados competindo com o setor privado por liquidez e impossibilidade de financiar a reestruturação industrial necessária. Era preciso, portanto, fazer mudanças que reduzissem seus gastos (corte de gastos sociais, privatização de estatais ineficientes) e transferissem receita e fontes de ganhos para o setor privado



(redução dos impostos, privatização das estatais rentáveis). Os planos de austeridade, a compressão dos salários e o disciplinamento das organizações sindicais, somados às privatizações, visavam revalorizar a massa de capitais confinados ao espaço estatal e à ciranda financeira.

Os ajustes impostos às economias do Terceiro Mundo, flageladas pela espiral do endividamento externo, tinham também uma dupla finalidade: reintegrar as economias empobrecidas no movimento global de transnacionalização e financiar a reestruturação industrial nos países altamente industrializados.

Brasil: democratizar o Estado —

Ao longo de sua história, o Estado brasileiro tem sido muito pouco Estado. Em parte, isto ocorre porque ao país também lhe falta uma sociedade civil organizada e consciente. O passado colonial e escravista deixou, portanto, marcas profundas no presente. Preocupado com o enriquecimento da metrópole, durante a colônia, dos estamentos privilegiados da sociedade (burguesia rural, depois burguesia industrial, depois os grandes grupos econômico-financeiros), o Estado tem sido o estio de um tipo de crescimento econô-

mico que busca a modernização mediante a transnacionalização (integração da economia no sistema do capital mundial por diversas vias) a concentração da riqueza e a desigualdade regional. Dessa forma, as grandes maiorias têm ficado à margem do desenvolvimento, tornando-se dispensáveis não apenas enquanto mercado consumidor, mas também como produtoras.

Foi sob os regimes militares de 1964 ao fim dos anos 70 que o papel do Estado na economia ganhou um vulto extraordinário. O sentido era basicamente incentivar o setor privado de todas as formas possíveis, viabilizando, primeiro, a utilização da capacidade instalada da indústria, depois, crescendo com base em grandes projetos estatais-privados, financiados mediante o endividamento externo em moeda e, em seguida, impondo à sociedade o pagamento da dívida à custa do desinvestimento em infra-estrutura, do arrocho salarial e da recessão.

Se nos anos 70 as estatais serviram de parceria ou estimuladoras em projetos altamente rentáveis para o setor privado, nos 80 elas se tornaram instrumento na busca desesperada de meios para financiar os juros da dívida externa. Acrescentem-se a isto os mecanis-

mos financeiros legais que permitiram que devedores do setor privado se transformassem em credores do governo federal. E também a política de incentivos e subsídios ao setor privado, que foi responsável por grande parte da perda da receita federal entre 1974-1985, calculada em 153,4 bilhões de dólares (IBGE e Departamento Econômico do Banco Central). Tudo isso mostra que o ajustamento do setor privado ocorreu, em grande parte, à custa do desajuste das finanças governamentais.

Para o conjunto do setor produtivo estatal, se houve melhora (conforme relatório da Secretaria de Estatais do Ministério do Planejamento — 1985) nos padrões de produtividade (crescimento de produção em relação ao crescimento do número de empregados), esta fica obscurecida pela escalada dos encargos financeiros que, entre 1980-1985, cresceram a um ritmo médio anual de 26,9%, enquanto o investimento caía à média de 5% ao ano em termos reais. As estatais, portanto, foram vítimas de um processo de descapitalização correlativo àquele que aflige o país há quase uma década.

Esses fatos são suficientes para explicar a crise por que passa hoje o setor produtivo estatal. E para qualificar de oportunista as críticas indiscriminadas do setor privado — o grande beneficiário daquela crise — contra as estatais do Estado. Mas é o próprio governo que hoje protagoniza o programa de privatização, argumento que é fundamental para a retomada do crescimento econômico e para a eliminação do déficit público. Notemos que esta argumentação tem servido de base ideológica para um movimento privatizante de cunho neo-liberal que ensaia seus passos desde a década passada.

Em 1987, o setor produtivo estatal

era minoritário em todos os setores, quanto ao número de empresas. Era majoritário, quanto ao faturamento, em seis setores: processamento de dados, siderurgia, minerais metálicos, armazenagem, material aeronáutico e petróleo. *Isto prova que de modo algum a economia é predominantemente estatal.* No entanto, o programa de desestatização tenciona privatizar em todos os setores que não “pesquisa, extração e refino de petróleo, serviços de comunicações, atividades nucleares” e “algumas instituições financeiras de caráter estratégico”.

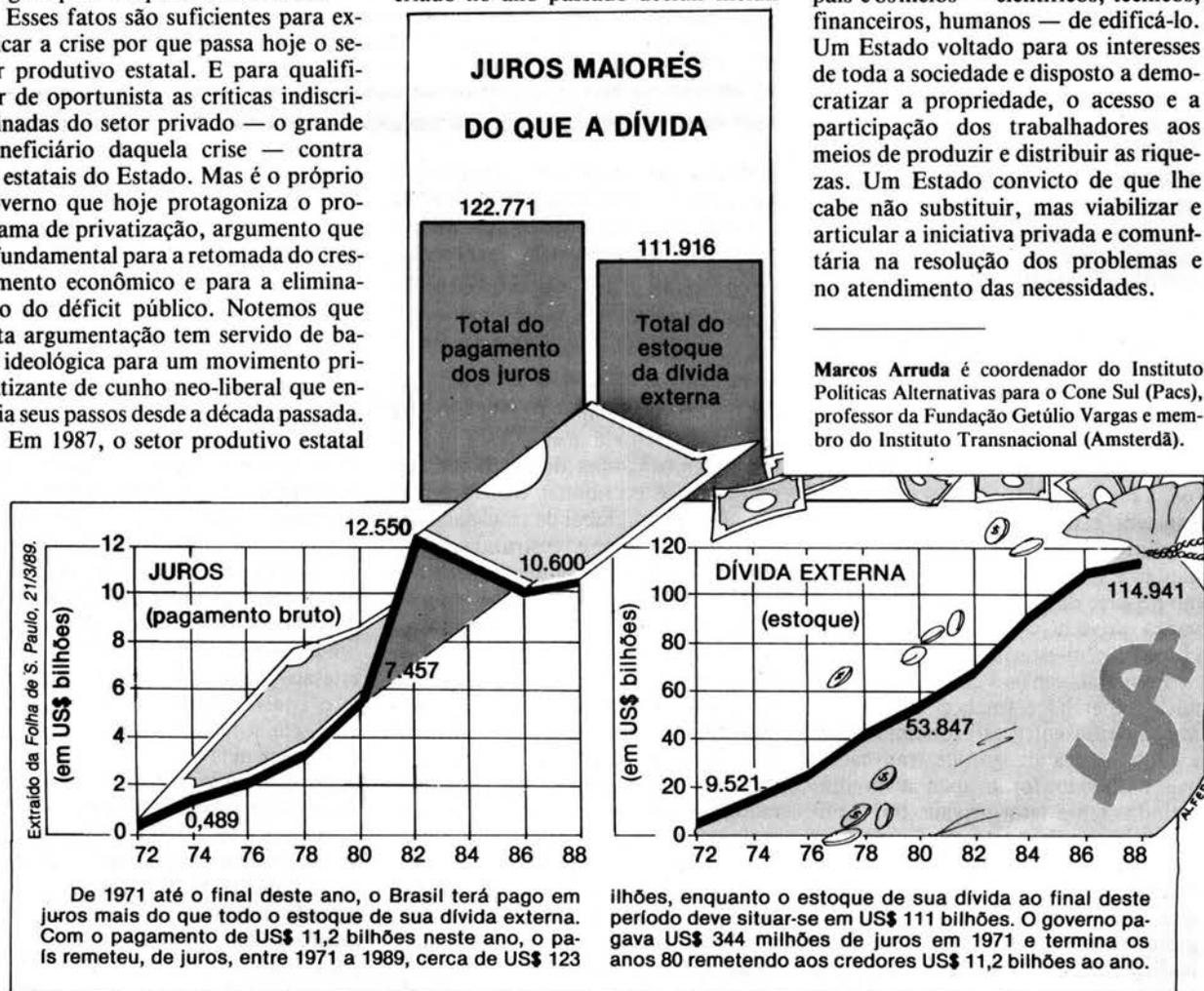
Entre 1980-1986, foram privatizadas dezoito empresas, a maioria de importância secundária para a União. Nos dois anos seguintes, catorze empresas, sendo a maioria de grande porte e atuando em setores estratégicos, como a siderurgia. Os adquirentes são grandes grupos econômicos privados. O programa para 1989 inclui 55 processos de privatização — 31,3% do conjunto das estatais produtivas (176), segundo a Sest. Esse número pode vir a ser maior, se o grupo de trabalho criado no ano passado decidir incluir

na lista as instituições financeiras federais, nos moldes da proposta de reforma financeira gerada (e a ser financiada) pelo Banco Mundial. A privatização de algumas empresas produtivas, rentáveis e altamente competitivas, como a Aracruz e a Mafersa, revela que a motivação de fundo do programa de privatização nos últimos anos é primordialmente ideológica.

Estamos em um ano eleitoral. Se as eleições tornarem vitorioso um candidato comprometido com uma lógica diferente da que está predominando no Brasil de uma Nova República que já nasceu velha, o novo governo terá grande dificuldade para soerguer um Estado debilitado, desmoralizado, fragmentado e descapitalizado. Será necessário adotar o *ser humano* — indivíduo e coletividade — e não o capital como parâmetro para redefinir o papel do Estado em relação a dois outros atores fundamentais: a sociedade civil e o setor privado. Será necessário reinventar um Estado, agora decidido a democratizar as decisões sobre o próprio conteúdo do desenvolvimento do país e os meios — científicos, técnicos, financeiros, humanos — de edificá-lo. Um Estado voltado para os interesses de toda a sociedade e disposto a democratizar a propriedade, o acesso e a participação dos trabalhadores aos meios de produzir e distribuir as riquezas. Um Estado convicto de que lhe cabe não substituir, mas viabilizar e articular a iniciativa privada e comunitária na resolução dos problemas e no atendimento das necessidades.

Marcos Arruda é coordenador do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), professor da Fundação Getúlio Vargas e membro do Instituto Transnacional (Amsterdã).

JUROS MAIORES DO QUE A DÍVIDA



A economia submersa, invisível ou informal, tem tantas denominações quanto definições. Existe em qualquer regime político ou sistema econômico e poderá ser encontrada em qualquer época e país do mundo. Conforme a denominação poderá incluir atividades que irão do artesanato, vendedores ambulantes, empresas de fundo de quintal comunitárias ou não, trabalhadores e atividades comerciais sem registro, roubo, narcotráfico, contrabando, jogo ilegal, prostituição, corrupção até sonegação, “caixa dois”, sub e superfaturamento praticados por pequenas, médias e grandes empresas nacionais e transnacionais.

Quando se define economia submersa a partir de sua relação com o Estado e a ordem econômica legal estabelecida, ela contempla todas aquelas atividades e práticas que escapam ao controle dessa ordem. Elas podem ser ilegais ou não: o crime organizado no narcótico, a sonegação de impostos, o artesanato feito e vendido nas praças das grandes cidades. Sobre as ilegais o Estado exerce sua ação repressiva, sobre as outras, às vezes chamadas de “informais” — porque não legalizadas ou institucionalizadas —, o Estado passa ao largo ou apenas exerce ação reguladora.

Os estudos e pesquisa sobre a economia submersa nos Estados Unidos seguem praticamente essa linha de tipo “fiscal”, considerando economia submersa todas aquelas atividades que burlam a ação reguladora ou fiscal do Estado. No país mais capitalista do mundo, a ordem legal abarca todo o mundo do capital e, por outro lado, define como ilegal tudo que escapa ao seu controle. Nesse sentido, o profissional liberal que sonega impostos, a empresa que trabalha com a “caixa dois”(fora do controle fiscal do Estado) e o narcotráfico sofrem, por parte do Estado, uma ação repressiva de tipo fiscal — acrescida, no caso do narcotráfico, de um componente penal. Sofre dentro de certos limites, é claro, porque o capital persegue suas vítimas até o fim com medo de se encontrar consigo mesmo.

Em outros países (como na Itália ou França) a linha de pesquisa trabalha em outras variáveis e não dá tanta ênfase a sua dimensão fiscal ou legal, apesar de também considerá-las. No Brasil, a economia submersa não faz parte importante do universo de estudo e da consideração nem dos economistas nem dos sociólogos, apesar de sua enorme visibilidade. Existem muitos estudos que se concentram em apenas uma de suas dimensões: particu-

ECONOMIA SUBMERSA, SOLUÇÃO PERVERSA

Mais de 50% da população economicamente ativa do país pertence de alguma forma à economia submersa. Esse contingente de trabalhadores não tem condições de cobrar do Estado, da ordem jurídica ou econômica os direitos do exercício de suas atividades

Herbert de Souza



Regina Villela

A economia submersa cresce nos períodos de auge de crise e se estabiliza nos períodos “normais”. Entretanto, no Brasil, a crise econômica parece ser a normalidade



larmente o chamado setor informal ou economia de subsistência na agricultura. No nível da política econômica governamental, o fenômeno é absolutamente ignorado, apesar de muitas vezes utilizado por seu efeito amortecedor das crises. O exemplo mais cínico do uso da economia submersa no discurso do governo é dado pela chamada taxa de desemprego apregoada como sendo das mais baixas do mundo (3,5%!!!), quando, na verdade, se trata apenas de taxa de desocupação que inclui obviamente como empregada toda a massa que “atua” na economia submersa.

O peso na economia — Falta estabelecer, além de uma conceituação mais precisa da economia submersa, o seu peso real na economia, assim como suas dimensões sociais, culturais e políticas. Por isso, as observações que vamos fazer são não só precárias como preliminares, até que pesquisas sejam realizadas e os dados possam alimentar conclusões mais sólidas sobre o tema.

As múltiplas atividades da economia submersa no Brasil, tanto as legais quanto as ilegais, se dão no contexto de um modo dominante de produção — o capitalismo transnacionalizado — e seguem os seus ciclos. Crescem nos períodos de auge e de crise e se estabilizam nos períodos “normais” que entre nós são tão raros que quase não os conhecemos, já que a crise parece ser a nossa normalidade.

As atividades da economia submersa correm paralelas ao capitalismo e também se integram a ele. Podem ser incorporadas de forma submersa ao capitalismo, ampliando a taxa de exploração da força de trabalho e de mais valia, como podem desenvolver-se em outras vertentes aproveitando-se da acumulação capitalista existente ou de seu mercado. Exemplos do primeiro caso, os produtores de fundo de quintal, como também as microempresas ilegais que produzem peças para os montadores de automóveis, transnacionais onde os trabalhadores são submetidos a regimes de trabalho de catorze a dezesseis horas de trabalho por dia, incluindo os sábados, recebendo salários extremamente baixos que os obrigam às horas extras. O narcotráfico vende suas drogas no mercado de classe média das grandes cidades sem, necessariamente, cruzar suas atividades de produção e comercialização com o setor formal da economia e da sociedade.

Se considerarmos os diferentes tipos de “informalidade” ou de fuga do controle legal ou fiscal do Estado nas relações de trabalho estabelecidas no Brasil (falta de registro no empre-

go, ausência de carteira de trabalho, salários inferiores ao mínimo legal, mais de 40 horas de trabalho semanal, não pagamento de seguro social, entre outras), novamente chegamos à conclusão de que mais de 50% da população economicamente ativa (PEA) do país pertence de alguma forma à economia submersa. A partir desse fato, registrado de forma precária nas estatísticas oficiais (IBGE, Ministério do Trabalho), podemos refletir sobre a dimensão perversa da economia submersa: esse fabuloso contingente de trabalhadores, ao não preencher os requisitos formais e legais nas relações de trabalho, não tem condições de cobrar do Estado, da ordem jurídica ou da ordem econômica os direitos decorrentes do exercício de suas atividades. Estas não são criminais, mas também não são legais, pois não dão direito a salários justos, seguro social, aposentadoria etc. Para não falar das atividades consideradas ilegais como o jogo do bicho no Rio de Janeiro que, segundo estimativas dos próprios bicheiros, empregam diretamente 150 mil pessoas. É claro que essa massa de trabalhadores assalariados não tem condições de reivindicar seus direitos sociais junto aos seus patrões e muito menos junto ao Estado.

Há alguns anos, assistimos no Rio de Janeiro um fato que revelava as absurdas contradições dessa situação. Os donos do jogo do bicho decidiram entrar em greve em protesto contra a perseguição (periódica e inconseqüente) da polícia. O secretário da polícia fez então um apelo ao sentimento patriótico dos bicheiros para que não fizessem greve, porque tal fato viria a agravar ainda mais a situação de desemprego da população. O apelo foi atendido.

A cidadania — Na medida em que as relações de trabalho estabelecidas na economia submersa passam ao largo da institucionalidade, é óbvio que seus membros não pertencem ao mundo do direito, mas da submissão e do arbítrio. Nesse campo não existem as condições básicas para o exercício da cidadania. E isso se dá tanto no Brasil como na França e Estados Unidos em relação aos milhões de trabalhadores imigrantes clandestinos vindos do chamado Terceiro Mundo.

O exercício da cidadania se dá nos níveis econômico (regulação dos direitos definidos nas relações de trabalho), social (regulação dos direitos definidos e garantidos na ordem social) e político. Mesmo que exercido em luta contra as ordens dominantes (econômica, social e política) estabelecidas, a cidadania parte de relações reconhecidas

No Rio, um secretário de Polícia apelou ao “sentimento patriótico” dos bicheiros para que não fizessem greve, pois o fato agravaria a situação de desemprego da população

ou passíveis de serem reconhecidas como legítimas pelo conjunto da sociedade e pelo Estado. O fato, porém, é que um direito só pode ser reivindicado e principalmente assegurado quando é definido como parte legítima do mundo legal, formal. A economia submersa que existe à margem dessas três ordens define um mundo de pessoas e de relações sem condições de reivindicar direitos e, portanto, sem poder exercer sua cidadania. Daí sua dimensão perversa.

A economia submersa revela o lado perverso da economia formal. Cara e coroa da mesma moeda. Um capitalismo que não tem (e nunca teve) o pleno emprego como objetivo, produz o subemprego nas piores condições, porque na marginalidade. Um capitalismo que concentra a riqueza e o poder para (e nas mãos de) uma minoria condena a maioria a viver na pobreza e a desligar-se das relações formais de produção e reprodução, nos níveis econômico, social e político, apenas para sobreviver. Assim como o capital produz sua economia submersa, que é o reverso de seu verso ou vice-versa, nas economias socialistas a incapacidade de incorporar e realizar plenamente as necessidades fundamentais da sociedade produzem sua resposta perversa. Assim, ela existe nos dois mundos, desenvolvido e subdesenvolvido.

Armadilha — A economia submersa estende no entanto uma armadilha perigosa para aqueles que buscam uma alternativa ao mundo do capital. Partindo do fato de que a economia submersa não pertence ao mundo do capital, alguns começam a pensar que por essa razão ela poderá constituir-se em uma alternativa ao próprio capital. Duplo perigo. Primeiro, o de não ver que a economia submersa pode ser perfeitamente funcional ao modo dominante de produção e ser o seguro do capital contra as explosões sociais e políticas que ocorreriam inevitavelmente se todos tivessem que viver no reino restrito das relações capitalistas. Sem a economia submersa, o Brasil, e praticamente todos os países da América Latina, teriam explodido mil vezes nos últimos trinta anos. O segundo perigo é o de pensar que necessariamente da oposição nasce a proposta, que do negativo nasce o positivo, do mal nasce o bem e do velho nasce o novo. No interior das atividades desenvolvidas pela economia submersa, principalmente através das iniciativas de caráter comunitário, poderão existir os germens de uma proposta de economia e socieda-



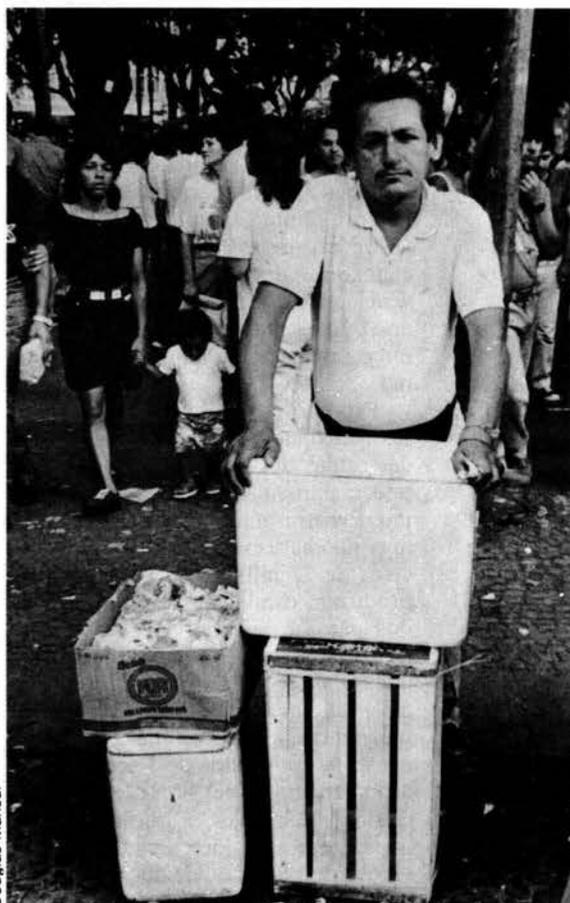
Douglas Mansur

A economia submersa revela o lado perverso da economia formal. Cara e coroa da mesma moeda. Um capitalismo que nunca teve o pleno emprego como objetivo acaba produzindo o subemprego em condições de marginalidade

de democráticas. Daí, pensar que, por esse caminho, vamos construir a utopia democrática sem um confronto real e global com o mundo do capital, vai uma grave ilusão e com graves conseqüências, que pode nos levar a tomar o caminho do desvio, onde se encontram enterradas as utopias que não conseguem seguir o caminho das pedras.

Enquanto o capital for o modo dominante, o alternativo (seja ele qual for) não tem condições de se colocar no desvio ou na margem, a não ser para servi-lo. No mundo socialista vive de seus fracassos e deficiência. Numa sociedade democrática não terá futuro, porque a cidadania não se exerce nas sombras, na ilegalidade, na marginalidade, clandestinidade ou indiferente ao conjunto das relações institucionalizadas que tecem o mundo da democracia. A cidadania só é plena quando recobre todas as relações e as coloca à luz do dia e do direito, abrangendo a economia, as relações sociais e políticas, a sociedade civil e o Estado. A marginalidade não leva a lugar nenhum.

Herbert de Souza é cientista social e diretor geral do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).



Douglas Mansur

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Nas brechas do sistema, a busca do pão nosso de cada dia

Ana Lagôa

Acada vez que nos espantamos diante do preço de alguma coisa, vem logo a dúvida: e como estão vivendo os que ganham um salário mínimo? Não estão. Depois de comprar a cesta básica — em março, um chefe de família de quatro pessoas ganhava NCz\$ 63,90 e gastava NCz\$ 56,45 somente com a cesta básica — sobram NCz\$ 7,45 que, teoricamente, deveriam cobrir as demais despesas: aluguel, luz, gás, água e transporte, sem falar no lazer, vestuário, educação e saúde. Mesmo que a mulher tenha um emprego, a situação pouco muda. Muita coisa essencial para a sobrevivência fica de fora. Então, como conseguem viver essas pessoas? Através do que chamamos de estratégias de sobrevivência. Expedientes que vão do pedir ao roubar, mas que garantem no mínimo uma subvida à margem do sistema.

Produtores da riqueza nacional, esses trabalhadores e suas famílias não desfrutam dessa riqueza, pois sequer podem participar do mercado de consumo. Penetras numa festa feita *por* eles, mas não *para* eles, à sua moda, esses cerca de 22 milhões de brasileiros reproduzem o milagre da multiplicação dos pães. Esses sobreviventes da fome, da desnutrição, das doenças endêmicas e da violência podem morar nas extensas favelas de São Paulo, nos morros cariocas ou na Baixada Fluminense, nos alagados do Recife ou nos acampamentos de bóias-frias. Para qualquer um deles, a questão fundamental que se coloca a cada manhã é garantir o pão daquele dia. O de amanhã só Deus sabe.



Douglas Mansur

Famílias em lixões — Houve tempo em que catar lixo, por exemplo, era uma atividade impensável para a mais pobre das famílias. Mendigos históricos, pessoas incapazes para o trabalho, idosos abandonados, o povo das ruas garantia sua sobrevivência percorrendo a cidade à cata de objetos e papéis jogados no lixo. O catador de papel, bem ou mal, tinha seu lugar nesta sociedade. Hoje, o que se vê, disputando com os velhos mendigos e com as empresas coletoras privadas, são famílias inteiras. Enquanto o pai tem um emprego ou um bico que lhe dá o

salário no final do mês, a mãe — desempregada ou subempregada — e os filhos, que não conseguiram vaga na escola ou não puderam arcar com as despesas em material escolar, vasculham o lixo em busca daquele extra que vai garantir o pão de cada dia. Eles estão nos atacadões e sanitários como o de Canabrava, em Salvador; Taguatinga, no Distrito Federal; Jangu-russo, em Fortaleza; Vila Guilherme, em São Paulo e São Gonçalo, em Niterói. Pondo suas precárias vidas em risco, em meio a monturos malcheirosos, eles catam restos de comida, pacotes

bolorentos de biscoitos, frutas passadas. No final do dia, levam para casa móveis velhos, colchões, painéis, pedaços de ferro, papel e papelão. Coisas que são vendidas por quilo em algum depósito que abastece a indústria de reciclagem do lixo.

As alternativas — Foi nesses vazadouros que muitas famílias descobriram uma forma de substituir o gás. Observando os mendigos, que acendiam seus fogareiros no gás emanado do lixo orgânico, elas passaram a usar seu próprio lixo para cozinhar ou ferver as latas de água para o banho, num arremedo de biodigestor que pouca gente conhece. Outro expediente que garante a sobrevivência dos assalariados do mínimo é o final da feira, a “xepa”. Com as barracas sendo desmontadas e a mercadoria aproveitável já encaixotada, o feirante dá ou vende bem barato tudo que não aguentará outra viagem. Frutas e verduras entram no cardápio dessa forma. Frutas amassadas e passadas, verduras amareladas. Cenas como esta, da “xepa”, dão conteúdo humano às estatísticas: um trabalhador que ganha até dois salários gasta quase tudo que ganha em alimentos, mas ingere diariamente apenas metade das calorias e proteínas necessárias. Quando o governo congela a cesta básica, congela-se a situação. A fome permanece a mesma. Quando o salário sobe, para repor parte do poder aquisitivo perdido, desenha-se a ilusão de uma melhoria. Dura poucos dias essa ilusão. Tudo sobe atrás com a desculpa que é preciso repassar o aumento do salário. Pior. Ameaçado de perder o emprego, o trabalhador é forçado, muitas vezes, a aceitar um salário abaixo do mínimo.

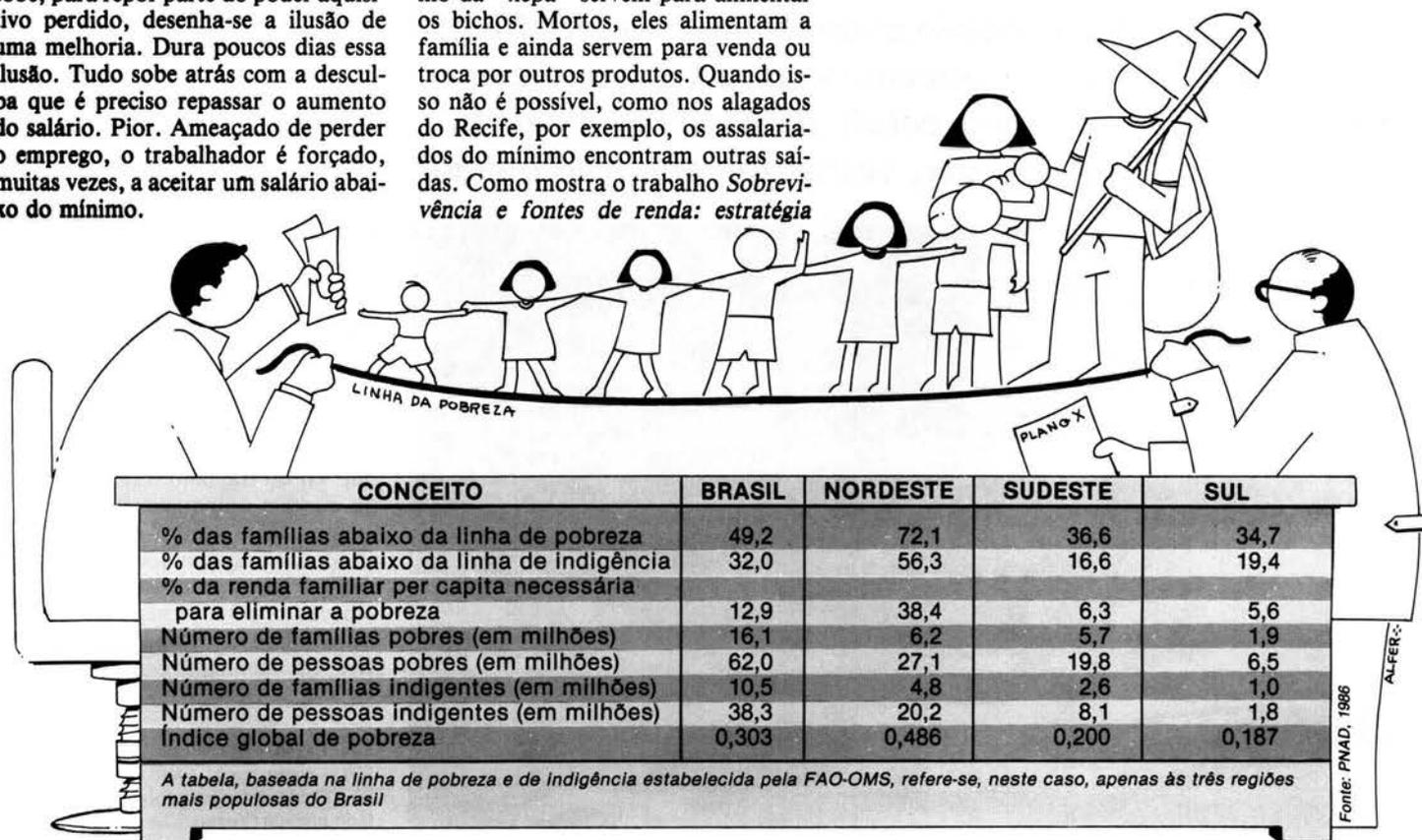
Quando o governo congela a cesta básica, congela-se a situação: a fome permanece a mesma. Quando o salário sobe, desenha-se a ilusão de uma melhoria

Com as empregadas domésticas isso acontece muito freqüentemente. Elas geralmente escolhem ficar no emprego, mesmo ganhando menos do que determina a lei. A razão é vital. Com os filhos esperando em casa para jantar, ela não pode se dar ao luxo de lutar por seus direitos. Principalmente porque na casa da patroa ela encontra uma das mais concretas estratégias de sobrevivência: as sobras. De comida, de roupas, de objetos para casa. Ela salva uma refeição, agasalha um filho ou ganha uma mesa. No dia a dia, esse emprego mal pago salva também um pouco de açúcar — que misturado com água ou leite ralo engana o estômago do bebê — uma colher de café, que o marido leva na garrafa quando vai para a fábrica; às vezes arroz, feijão, farinha. Desonestidade ou mera luta pela vida?

Nas comunidades pobres também se desenvolve uma atividade que garante muitas vezes a única proteína animal acessível: a criação de galinhas e porcos. Restos de comida de vizinhos, da patroa ou de restaurantes e até mesmo da “xepa” servem para alimentar os bichos. Mortos, eles alimentam a família e ainda servem para venda ou troca por outros produtos. Quando isso não é possível, como nos alagados do Recife, por exemplo, os assalariados do mínimo encontram outras saídas. Como mostra o trabalho *Sobrevivência e fontes de renda: estratégia*

das famílias de baixa renda do Recife, feito pela Fundação Joaquim Nabuco, as pessoas que moram nos mangues gastam 71,4% do que ganham em comida. O feijão é comprado em porções de cem gramas e em cada dez pessoas apenas duas ingerem calorias suficientes para um dia de trabalho. A cachaca, barata e de décima categoria, é usada em larga escala para matar a fome, amortecendo o estômago e os sentidos.

Favelas e violência — Mas nem só de comida vive o assalariado. Falta moradia também. Há alguns anos, uma família pobre podia optar por se afastar do centro, buscando favelas e conjuntos habitacionais na periferia, um espaço alugado bem barato ou que até podia ser comprado. Os barracos se espalhavam. Com o tempo, comprando ou pegando aqui e ali, o material de construção substituiu a madeira do barraco, que virava uma casinha de alvenaria, dessas que a laje em cima indicava a esperança de um novo an-





Douglas Mansur

Em março, um chefe de família de quatro pessoas que sobrevive com o salário mínimo ganhava NCz\$ 63,90 e gastava NCz\$ 56,45 somente com a cesta básica. Sobram NCz\$ 7,45 para cobrir despesas de aluguel, luz, água, transporte, lazer, vestuário, educação e saúde



Douglas Mansur

dar em dias melhores, no futuro. Hoje, a periferia não é uma opção. É a única saída. Expulsos dos bairros de classe média, os assalariados do mínimo vão para longe de seus locais de trabalho. E várias famílias acabam morando em um mesmo espaço. Aumentando o número de ocupantes, diminui a despesa de cada um. Numa posse, a ajuda de várias pessoas transforma a construção do barraco em uma tarefa mais rápida. Comunidade compulsória. Violência na certa. Como nas favelas da zona leste paulistana, onde é registrada uma média de cem furtos e de três a cinco mortes por dia.

Dessa convivência muito próxima entre as pessoas das camadas mais pobres, porém, nascem também as idéias para esticar a receita. Tudo se empresta: do rádio ao vestido de festa. Tudo é vendável, trocável. O lazer é coletivo, porque é a única forma possível. No ônibus alugado que leva a turma para um dia na praia, para um jogo de futebol na várzea, para a romaria. Televisão se vê na casa de quem tem. Pela janela ou pela porta da casa, que o vizinho generoso deixa aberta. A cachaca ou a cerveja se compra na "vaquinha"; o social acontece na escola de samba ou no forró. Roupas passam dos mais velhos para os mais novos, ou são compradas, bem raramente, em feiras livres, em liquidações ou à crédito, nas kombis que atendem aos moradores de locais onde sequer existe comércio. Na hora da dor, o chá da vizinha curandeira substitui a ida ao Inamps e à farmácia. No lugar do óleo, banha caseira, nem sempre confiável, para cozinhar.

Na rebarba do sistema, cresce a produção doméstica. No mundo da favela ou do cortiço se faz e se vende de tudo. Quem tem jeito, corta cabelo, ou cozinha, faz docinhos pra fora, costura, faz pequenos artesanatos. No vasto mundo da economia submersa proliferam as atividades que escapam ao controle do sistema. Mais de 7 milhões de pessoas vivem dessa estratégia que vai do trabalho infantil na venda de doces e quinquilharias nos cruzamentos até a contravenção. Espaços criados, alguns conquistados e mantidos sob pressão do sistema. Pequenos espaços onde se busca vida, embora nem sempre se garanta sequer a sobrevivência mínima.

Ana Lagôa é jornalista. Autora dos livros *SNI — como nasceu, como funciona* (Brasiliense) e *Como se faz para sobreviver com um salário mínimo* (Vozes).



Vera Jurysys

Ambulantes, marreteiros, camelôs. Muitas são as designações para esta atividade que há séculos é exercida no mundo todo e que recentemente vem ocupando posição de destaque na imprensa paulista. Desde o início do século 17, a cidade de São Paulo já convivia com este tipo de comércio.

Nessa época, as mulheres brancas empobrecidas se utilizavam de suas escravas para comercializar balas, doces, pastéis e pães na tentativa de completar o orçamento doméstico abalado muitas vezes pela ausência do marido ocupado na garimpagem. Além disso, a quase inexistência do comércio estabelecido nas cidades coloniais, fazia com que essa atividade se tornasse imprescindível para quem optasse pela vida urbana.

No entanto, o comércio ambulante já não era bem aceito pelos proprietários dos armazéns recém-surgidos, que clamavam contra a concorrência “desleal” e a sujeira das ruas da cidade, além da falta de higiene no preparo e manuseio das mercadorias. Discussões como esta levaram a Câmara Municipal, em 1730, a proibir o comércio ambulante na cidade, o que parece não ter surtido muito efeito, dado o grande número de leis posteriores que tentaram disciplinar essa atividade.

Passados mais de duzentos anos, fica claro que, se por um lado os argumentos do comércio estabelecido e das camadas mais privilegiadas da sociedade

AMBULANTES

A ORGANIZAÇÃO SUPERA DESAFIOS

Maurício Broinizi Pereira e Rita de Cássia Alves Oliveira

A prefeita Luíza Erundina, do PT, garante aos ambulantes o direito ao trabalho. O “rapa” é extinto, acaba a violência, mas o assunto vira polêmica. Os ambulantes, por sua vez, começam a se organizar em associações e a discutir seus direitos e reivindicações



Maria Lúcia Belenzani

Nos últimos anos, o comércio ambulante de São Paulo não conheceu outro tratamento além da violência do "rapa" e da extorsão de dinheiro pelos fiscais. Pancadaria, tiros e facadas entremeavam essa conturbada relação



Maria Lúcia Belenzani

contra os ambulantes não tiveram nenhuma mudança, por outro, a adesão ao comércio nas vias públicas continua cada vez maior, apesar de ser uma das atividades mais desprestigiadas.

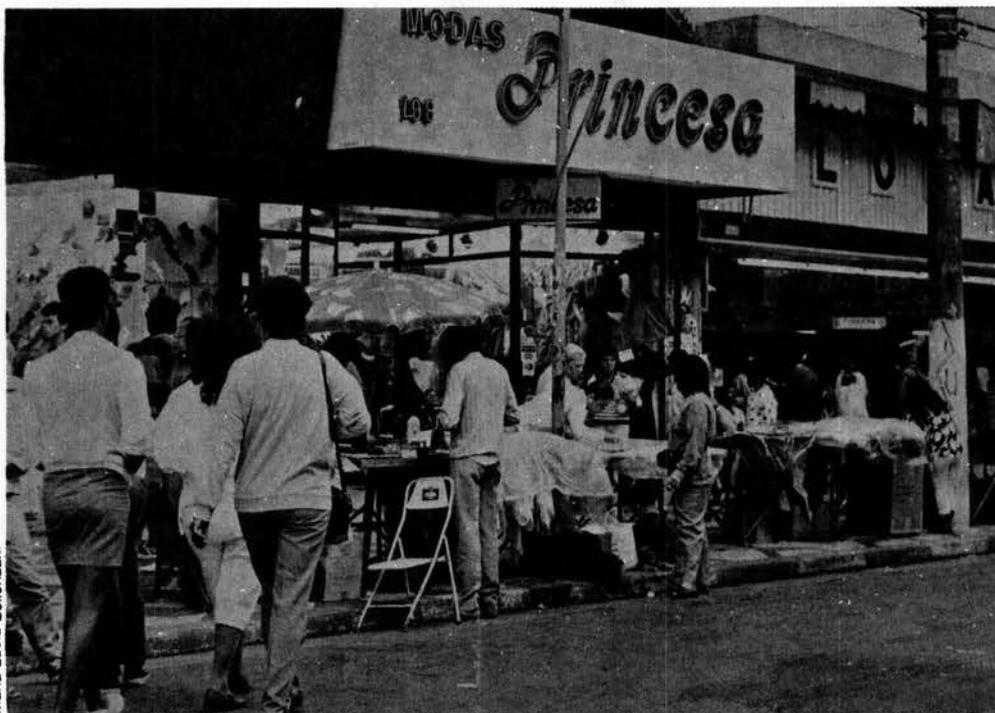
A última gestão no município, a de Jânio Quadros, se destacou pela intransigência e violência contra os ambulantes. Depois de assumir a Prefeitura, uma de suas primeiras medidas foi exigir que se "varresse" a cidade, naturalmente se referindo aos ambulantes não credenciados. Depois de cassar a licença dos deficientes e sexagenários já autorizados, Jânio voltou a licenciá-los, só que essa "nova" concessão era objeto de licitação: quem pagasse mais, ganhava o ponto.

De modo geral, nestes últimos anos, o comércio ambulante nas ruas de São Paulo não conheceu outro tratamento além da violência do "rapa" e da extorsão de dinheiro por parte dos fiscais. Pancadarias, tiros e facadas viraram o meio de sobrevivência tanto de fiscais como de ambulantes. Para se ter uma idéia, apenas na região central de São Paulo, o "rapa", a chamada unidade de fiscalização, era composto por um contingente de duzentos homens com características físicas adequadas para este tipo de tarefa.

Para reaver as mercadorias apreendidas existiam basicamente dois procedimentos: ou o ambulante soltava algum dinheiro para o fiscal minutos depois da apreensão, ou optava pela via legal dando entrada num requerimento e pagando a devida multa. Este último procedimento, entretanto, implicava em alto risco: não raro as mercadorias eram encontradas destruídas ou saqueadas. A apropriação indevida do material apreendido pelos funcionários da Prefeitura parece ter sido, sempre, um fato rotineiro e considerado natural pelas administrações, uma vez que se considerava o ambulante clandestino, marginal e sem direitos, mesmo tendo pago a multa.

Por outro lado, é de conhecimento público que existia uma "máfia" entre os ambulantes. Eram aqueles que possuíam mais de uma banca (de dois a três metros cada uma) onde colocavam empregados para tomar conta. Além disso, quem quisesse instalar sua banca pela primeira vez, precisaria comprar o ponto do "proprietário", que, geralmente, detinha vários pontos.

Direito ao trabalho — Com a vitória de Luíza Erundina para a Prefeitura de São Paulo, este tema tomou conta das discussões e páginas dos principais jornais da cidade. Apostava-se na liberalização indiscriminada da atividade. É o "liberou geral", disse a



Maria Lúcia Belenzani

Agora os ambulantes da Lapa têm CGC e podem até emitir nota fiscal, algo inédito em todo o país. Eles vão usar uniformes, padronizar as bancas e montar uma sede, onde poderão guardar suas mercadorias

imprensa. "A dona deixou", disseram os ambulantes. O fato é que, em poucos dias, a cidade (especialmente a zona central), foi tomada por uma multidão de pessoas que vendiam todo o tipo de bugiganga, das mais baratas às mais originais.

Considerando que o problema do comércio ambulante nas ruas de São Paulo não se resolveria com uma simples proibição ou confinamento, logo na primeira semana de governo a prefeita decretou a extinção do "rapa" e o início do cadastramento de todos os ambulantes. Segundo o folheto da Prefeitura distribuído aos cadastrados, "pela primeira vez na história da cidade de São Paulo, o comércio e a prestação de serviços nas vias públicas são reconhecidos como atividades regulares, que atendem às necessidades de consumo da população".

As decisões sobre os critérios para a regulamentação e para atender a demanda dos ambulantes e outros setores envolvidos, contou com um encaminhamento democrático, envolvendo as várias entidades representativas do povo: "ambulantes, comerciantes, advogados, economistas e arquitetos, sentaram-se à mesma mesa para buscar, democraticamente, junto com as autoridades municipais, uma solução permanente para esta questão", diz o folheto.

Inúmeras reuniões se realizaram e vários esboços de decreto foram feitos na tentativa de encontrar a melhor solução.

Depois de muitas idas e vindas, se decidiu no final de fevereiro que seria dada prioridade aos deficientes, sexagenários e antigos clandestinos. Foi determinado o espaço de 1,2 m de banca para cada um, as questões mais específicas seriam resolvidas regionalmente, através de uma comissão composta por ambulantes, lojistas e moradores de cada região, além dos órgãos municipais envolvidos na questão.

Iniciativa popular — A inspiração para esta decisão veio de um bairro da zona Oeste da cidade, a Lapa, onde a questão apresentava um encaminhamento um pouco diferenciado do restante da cidade. Desde os primeiros dias de janeiro, a necessidade de dialogar com a administração fez com que se percebesse a importância de se eleger representantes que falassem em nome de todos. Para isto, os ambulantes da Lapa contaram com o apoio da CUT na organização das assembleias, que geralmente contavam com a participação de trezentos trabalhadores,

em média. Nessas assembleias foram eleitos sete representantes que além de representá-los frente à Administração Regional da Lapa, foram encarregados de viabilizar a organização de uma associação dos ambulantes do bairro.

Nesse processo, a "comissão dos sete" realizou várias reuniões com a Associação Comercial e o Clube dos Lojistas, na tentativa de encontrar soluções para seus conflitos. Nessas reuniões, algumas decisões simples e práticas foram tomadas, como, por exem-

plo, a necessidade de se deixar passagem livre aos pedestres entre uma banca e outra, não causar poluição visual e manter a rua limpa.

A sensível melhora que essas regras proporcionaram na região (melhora do ponto de vista dos pedestres, lojistas e dos próprios ambulantes), fez com que a idéia e o desejo de uma associação crescesse cada vez mais. De outros bairros, marreteiros também empenhados em se organizar, requisitavam a presença de um dos representantes lapeanos para que explicasse as de-

Espaços serão delimitados e as bancas padronizadas



Márcia Lúcia Bellenzani

Nas ruas, apoio à iniciativa

"A rua melhorou bastante. Antes tinha muita briga, correria e problemas de todos os tipos. Ninguém podia trabalhar em paz. Com essa abertura e organização, a gente se conscientizou, junto com a população, sobre a importância e o direito de todos trabalharem normalmente. Ficou melhor para todo mundo."

(Antonio Matias da Silva, presidente da Associação Lapeana dos Mini-Comerciantes de Rua)

"Para a Guarda Civil está ótimo e para os ambulantes também. Eles estão gostando do nosso trabalho e estamos nos adaptando bem. Estão todos de parabéns."

(Natal, guarda civil metropolitano, responsável pela fiscalização de rua na Lapa)

"Eu sempre respeitei o lojista que está na minha frente. Nunca fiz concorrência nesse sentido, pois acho que o lojista precisa

ser considerado. Agora, com essa organização, todas as partes se entenderam e vai haver muito mais respeito no trabalho."

(Pedro Zorzeti, deficiente e ambulante na Lapa há doze anos)

"Os marreteiros, agora, parece que estão virando gente. Antigamente era só confusão, ninguém se entendia. No tempo do prefeito Jânio Quadros, ele só vinha com paulada na gente. Mas paulada não resolve nada, não é? Hoje está tudo bem diferente. Mesmo com a nossa falta de experiência, aos pouquinhos estamos nos organizando."

(José Vital, o "Zé do Amendoim", ambulante desde criança)

"A gente parou de correr, de ter medo. Quando gritavam 'olha o rapa', era como se jogassem um carro em cima da gente"

(Zenaide, tesoureira da Associação Lapeana dos Mini-Comerciantes de Rua)

ções tomadas naquele local, transformando-os em uma referência para outras regiões.

A Prefeitura, por sua vez, representada pela Administração Regional da Lapa, reconheceu imediatamente os representantes como legítimos interlocutores nesta questão. As inúmeras reivindicações pessoais aos poucos passavam a integrar um conjunto de reivindicações coletivas que, periodicamente, eram discutidas com o administrador.

Rumo à cooperativa — Com a colaboração de alguns militantes do Partido dos Trabalhadores na redação do estatuto, em 20 de abril de 1989 foi realizada a assembléia de fundação da Associação Lapeana dos Mini-Comerciantes de Rua, com a presença de 140 sócios-fundadores. A associação prevê, além da tradicional assistência médica e jurídica, um sistema de cooperativa, através do qual os produtos poderão ser comprados diretamente das fábricas e pequenos produtores, eliminando, assim, a figura do atravessador. O Cadastro Geral de Contribuinte (CGC) utilizado para a compra possibilitará que os associados forneçam nota fiscal por ocasião da venda, algo inédito em todo o país. Medidas estéticas, como a uniformização e a padronização das bancas estão sendo estipuladas pelos mini-comerciantes de rua.

Existe ainda a idéia de montar uma sede, onde os associados poderão guardar suas mercadorias, evitando ter de levá-las e trazê-las diariamente, junto com a banca. Hoje, os ambulantes resolvem esse problema pagando aluguel em bares e lojas para guardar seus pertences.

No bairro da Lapa, assim como em toda a cidade, uma associação desse tipo, provida de legitimidade e reconhecida por todos os segmentos diretamente envolvidos na questão, se constitui em uma coisa inédita e exemplar. Sair da clandestinidade e em menos de quatro meses organizar uma associação — englobando parte significativa da categoria já no momento de sua fundação — não é uma coisa rotineira nesse país. Ainda mais quando se trata de uma classe onde, pela primeira vez, seus integrantes são reconhecidos como cidadãos.

Maurício Broinizi Pereira é historiador e integra o programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Rita de Cássia Alves Oliveira, socióloga, é assistente técnica da Administração Regional da Lapa.

Como agir num governo popular



Erundina:
ambulante é
trabalhador e
também
produz
riqueza

Os ambulantes constituem um importante segmento dos trabalhadores e devem ter o direito à sobrevivência assegurado. É o que garante a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, em entrevista concedida à *Tempo e Presença*.

TP — Como a Prefeitura está encaminhando essa questão?

Erundina — Os ambulantes sempre foram tratados com polícia ou com leis que nunca respeitavam seus interesses e opiniões. Nós levamos três meses para discutir com esses trabalhadores os seus problemas, e daí resultou a organização. O surgimento da Associação de Ambulantes da Lapa é produto desse esforço, de discutir um decreto que regulamente a atividade em nossa cidade, ouvindo os trabalhadores diretamente interessados (os ambulantes), o comércio estabelecido e a própria Prefeitura. Numa economia de crise, o excedente de pessoas que não conseguem permanecer no mercado de trabalho formal vai crescer e, para isso, tem que haver uma alternativa. No momento não é outra senão o comércio ambulante, devidamente disciplinado, regulamentado e fiscalizado pela Prefeitura. Os abusos que existem, porém, seja contra os ambulantes ou a cidade, serão eliminados.

TP — A experiência da Lapa, que trouxe um salto de qualidade na organização e até na limpeza das ruas, pode ser levada a outros pontos da cidade?

Erundina — Está sendo feita em todas as regiões da cidade a delimitação de pontos e sua distribuição a partir de critérios como idade, deficiência física e tempo de exercício dessa atividade. Em outros locais, às vezes, é difícil executar a mesma experiência, em razão da concentração de ambulantes ser muito maior. Mas tenho esperança de que a iniciativa se reproduza e, definiti-

vamente, a cidade resolva esse problema, sem o abuso e a discriminação contra esses trabalhadores. O ambulante é um trabalhador que também produz riqueza e, como tal, tem direitos como qualquer outro cidadão que vive, trabalha e mora em nossa cidade.

TP — O que significa, para a Prefeitura de São Paulo, essa mudança no tratamento aos ambulantes? Conforme o depoimento de uma trabalhadora ambulante, hoje eles não têm medo do "rapa" e sentem-se unidos e respeitados.

Erundina — Nós entendemos que uma administração de trabalhadores, democrática e popular, tem que ser honesta, eficiente, austera e competente. Tem de se caracterizar como uma administração que contribui para a mudança de comportamento, de valores e de relações entre as pessoas. O novo nesta administração é a mudança de comportamento, através da relação povo-governo. Não queremos ser respeitados pelos cidadãos de toda a cidade por causa do medo da repressão, de multas ou qualquer tipo de ação coercitiva. Queremos ser respeitados exatamente por respeitar as pessoas. O depoimento dessa trabalhadora nos dá a certeza de que estamos no caminho certo. Um governo democrático e popular se constrói com o respeito às pessoas e uma relação horizontal povo-governo. E esse governo só se viabiliza e só tem razão de ser exatamente com o apoio, a confiança e a compreensão dos cidadãos, seja ambulante ou qualquer outro tipo de morador da cidade. Portanto, é gratificante perceber que, em tão pouco tempo, os trabalhadores e a população mais simples de nossa cidade estão entendendo a nova forma de ser governo e o que é um governo democrático e popular numa cidade como São Paulo.

Estamos entrando rapidamente em clima pré-eleitoral. Apesar da enfadonha persistência de notórias artimanhas da velha política, algo de novo e até inédito despontará, sem dúvida, na campanha para as eleições presidenciais previstas para novembro deste ano. Do lado da novidade está, antes de mais nada, o fato de a maioria dos eleitores votar pela primeira vez diretamente em um candidato a presidente da República, após quase trinta anos de cerceamento deste direito de cidadão. Destaca-se também, como inédita, a presença de pelo menos um candidato de nítida origem operária.

Não é, no entanto, a análise da conjuntura política o que nos interessa neste breve texto. Embora se trate de aspectos inseparáveis da realidade, voltamos nossa atenção para alguns truques peculiares do discurso econômico, que serão certamente reeditados nesta campanha eleitoral. Não estamos sugerindo que se possa repetir, desta vez, a explícita manipulação eleitoral das aparências de êxito inicial do Plano Cruzado, que suportamos em 1986. A conjuntura política é outra e os escassos resultados do Plano Verão dificilmente servirão como engodo canalizador de votos. Isto, porém, não significa que o eleitorado não sofrerá a chantagem de supostos "imperativos da racionalidade econômica". É sobre isso que queremos refletir um pouco.

O discurso político — Enganam-se os que pensam que estamos transitando rapidamente para uma democracia plena. O projeto em curso é, evidentemente, de democracia fortemente tutelada. Além da persistente tutela militar, homologada, até certo ponto, no próprio texto da Constituição, existe a vigorosa tutela ou, se quiserem, o terrível obstáculo da própria conformação do aparato estatal, do modelo econômico adotado e de um sem-número de leis vigentes, que dificultam o avanço de uma democracia plenamente participativa. A democracia acentuadamente social, na qual insistem repetidos documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), enfrenta obstáculos até mesmo constitucionais, sem falar das resistências de setores organizados da sociedade civil.

Mesmo assim, porém, a luta especificamente política, como organizadora de esperanças e resistências, admite uma linguagem bastante flexível e elástica. A política possibilita uma utilização quase desenfreada de referências à solidariedade humana, a uma sociedade mais justa e fraterna e ao

ARMADILHAS TEOLÓGICAS DA AMÉRICA LATINA

A economia burguesa é um sistema de crenças, onde os mecanismos do mercado são apresentados como inteiramente naturais e espontâneos

Hugo Assmann

acesso de todos à satisfação de suas necessidades básicas. O discurso político é propenso a não vigiar os limites entre o factível e o que não é imediatamente viável. O político salta por cima de muitos obstáculos, misturando o horizonte utópico de longo alcance e a proposta de projetos realizáveis. Por isso mesmo, o discurso político pode radicalizar a linguagem sobre democracia com os mais fascinantes adjetivos.

O discurso econômico burguês — para cujos truques queremos alertar — costuma vir armado de dogmas rígidos em nome do realismo. Como insiste o sagaz John Kenneth Galbraith, a economia burguesa é "um sistema de crenças". No essencial, uns quantos artigos fundamentais de fé sobre o sistema de mercado. Apesar de historicamente impostos através de truculências, os mecanismos do mercado são apresentados como inteiramente naturais e espontâneos. Os que não têm poder aquisitivo nem para atender o seu mínimo vital, e que por isso nem sequer possuem o *status* de *homo oeconomicus*, mesmo que sejam a maioria da população, ficam inteiramente fora de consideração no dogma soberano da "lei da oferta e da procura". A famosa "racionalidade econômica", com seus rígidos "imperativos econômicos", funciona de fato como um veto contundente a qualquer priorização planificada de metas sociais.

As armadilhas tecnológicas do discurso político se encontram, sobretudo, nos populismos messiânicos dos "salvadores da pátria" (a alusão, por certo, não é a Sassá Mutema), que impedem a organização efetiva da esperança dos pobres. Encontram-se também em todas as formas de sacralização política das desigualdades sociais vigentes.



João Roberto Ripper

As arapucas teológicas do discurso econômico devem ser buscadas no próprio cerne da chamada “racionalidade econômica”. Ela deslocou a vida humana real e concreta do centro dos critérios econômicos

As arapucas teológicas do discurso econômico devem ser buscadas no próprio cerne da assim chamada “racionalidade econômica”, que deslocou a vida humana real e concreta do centro dos critérios econômicos. Decretase que a “igualdade de oportunidades” provém dos próprios mecanismos competitivos do jogo econômico. E às “leis” do mercado se passa a atribuir uma sabedoria onisciente e divina. Não cabe dúvida, pois, de que se trata de um ingente processo de idolatria.

Em síntese, na campanha eleitoral que já se iniciou, os candidatos realmente interessados nas causas da maioria do povo brasileiro terão que revelar muito jogo de cintura para apostar publicamente da rigidez dos dogmas econômicos imperantes. Com o aparato estatal existente e com as injunções legais de uma Constituição economicamente conservadora, torna-se muito difícil armar um discurso político centrado em uma proposta na qual se conjuga a planificação de metas sociais e a conveniente aceitação de amplas franjas de livre mercado.

Plano Verão e religião — O fracasso de mais uma tentativa de estabilização econômica está desencadeando, como ocorreu anteriormente em situações semelhantes, uma delirante retórica sobre as virtudes supostamente intrínsecas dos mecanismos do mercado. Não passa dia em que os meios de comunicação não nos brindem com verdadeiras pérolas teológicas acerca da impossibilidade de “furar a real inteligência do mercado”. Até no plano da criatividade cultural, qualquer tentativa de distanciar-se do paradigma “Xuxa” é vista como inoperante violação da “feroz e aguda inteligência do mercado”.

Como é sabido, com a “Reaganomics” e a eclosão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, os eco-

nomistas neo-liberais se esmeram furiosamente em preservar os dogmas ortodoxos. O já citado Galbraith não hesita em qualificar a sua retórica sobre o mercado como um procedimento “nitidamente teológico”. É de se perguntar se um dos efeitos mais nefastos dos fracassados “choques heterodoxos” não consiste, precisamente, no ressurgimento, simultâneo e posterior, dessa religião idolátrica do mercado irrestrito.

Nesse frenesi dos “defensores da fé” (Galbraith), cresce o número de cartas marcadas no plano das linguagens. Em nosso meio, a expressão “modernização da economia” é um coringa que se enfia em muitas jogadas. É evidente que nossa “oitava economia do mundo” (embora seja a de número 56 em indicadores sociais) tem e terá grandes empresas como necessário ingrediente “moderno”. Elas, porém, são normalmente intensivas em capital e apenas modestamente intensivas em empregos. Oxalá possamos ter, junto a elas, sindicatos realmente autônomos e fortes, este outro ingrediente imprescindível da modernização da economia. Fica, porém, de pé a pergunta acerca da absorção, no mercado de trabalho, das ingentes massas de novos trabalhadores que o demandam a cada ano. Um mercado hegemonizado pelas grandes empresas, se não houver uma sólida legislação que ampare as microempresas, propiciadoras do maior número de empregos disponíveis, tornará violentamente sacrificiais — em termos de sacrifícios de vidas humanas — os “imperativos do mercado”. No aspecto rural da economia, o predomínio crescente da macroempresa — declarado “tendência inexorável” por muitos — levará a uma extrojeção sacrificial de incontáveis seres humanos, dos quais a própria favelização intensa de nossas cidades interioranas não promete encarregar-se.

Um dos equívocos das esquerdas foi o de atribuir, moralisticamente, intenções perversas aos opressores. Porém, é fundamental entender por que os opressores se sentem como benfeitores de seus semelhantes

E aí volta a nossa querida CNBB, reivindicando urgente reforma agrária, distribuição mais igualitária de renda etc. A imprensa — mesmo aquela que se afirma socialmente crítica — já a acusa de pré-moderna, pré-urbana, pré-industrial, presa de um distributivismo vesgo e aprisionada em um ruralismo nostálgico de pequenas propriedades. Nisso tudo há certamente questões muito sérias a repensar. Os meros reclamos éticos perderam, há muito, sua força interpeladora. Entre muitas outras razões, pelo simples fato de que houve, no decorrer dos séculos 18 e 19, um verdadeiro seqüestro do evangelho do amor ao próximo pela assim chamada “racionalidade econômica”: os defensores impertérritos do paradigma do interesse próprio, deixados às soltas na competitividade do mercado, acreditam ter descoberto, em definitivo, o melhor caminho para chegar ao bem comum.

Um dos piores equívocos das esquerdas tradicionais foi o de atribuir, moralisticamente, intenções perversas aos opressores. Os documentos eclesiásticos, quando se limitam a apelos éticos de caráter muito genérico, não distam muito desse equívoco. É necessário entender por que os opressores se sentem, honestamente, como benfeitores dos seus semelhantes. É impossível entendê-lo sem penetrar na lógica da racionalidade econômica, que apresenta os mecanismos não interferidos no mercado como único caminho, seguro e providencial, para o bem-estar geral. Igrejas que não se deram conta de que seu magistério foi seqüestrado pela “racionalidade econômica” não saberão como recuperá-lo.

Talvez sirva de impulso a intuição, embora não passe de um toque de um jornalista obviamente irritado com a retórica acerca do mercado, que invade nosso dia-a-dia: “Não se trata de supor que o mercado pode ser entronizado como o *novo Deus*, capaz de resolver todos os problemas, como que rem os liberais puros. O mercado poderia até resolver todos os problemas, se todos competissem em igualdade de condições, o que não existe. Menos ainda no Brasil, em que desigualdades sociais insuportáveis condenam, de saída, uma maioria à derrota diante da minoria bem nutrida e bem educada” (Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*).

Hugo Assmann é teólogo católico e professor da Pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba. Autor, entre outros livros, de *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina: convite a um estudo*.

É impossível o silêncio frente à dramática questão da dívida externa dos países subdesenvolvidos. Afinal, são milhões de pessoas que estão pagando com o custo de suas vidas uma situação estrutural injusta. As igrejas, de uma forma ecumênica, vêm se manifestando contra a continuidade desse escândalo. E muitas manifestações foram se somando até chegar à convocação da Consulta Nacional sobre Igrejas e Dívida Externa, no Rio de Janeiro, entre os dias 27 e 30 de março último.

A consulta foi convocada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), com a assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Durante os debates, o economista Marcos Arruda, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), denunciou os mecanismos perversos da conjuntura nacional e os efeitos sociais da dívida externa. Os números são alarmantes, como ressaltou: 33 milhões de pessoas em situação de miséria absoluta, 12 milhões de favelados e 6 milhões de trabalhadores rurais sem terra. Isso se contrapõe ao escândalo do lucro dos países ricos, com serviços e juros da dívida de 120 milhões de dólares, entre 1980 e 1987.

Diálogo político — Nos debates com os representantes das Igrejas a conclusão foi unânime: um basta a tanto pecado. A manifestação, porém, ultrapassou o campo eclesiástico. O Brasil vive em 1989 um ano singular, pois, depois de décadas, o povo vai escolher o seu futuro presidente e os projetos políticos nacionais começam a ser debatidos. As igrejas não devem desconhecer os planos globais que estão sendo propostos à nação, especialmente os que se referem à ordem econômica internacional e à dívida externa.

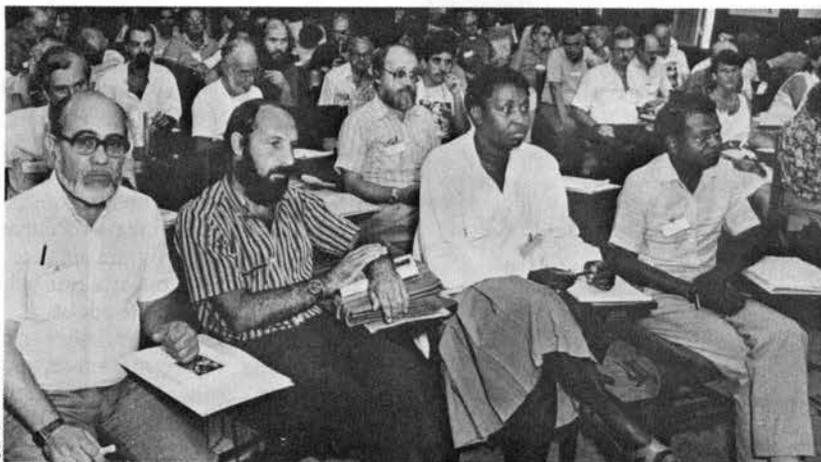
Assim, nada melhor do que um diálogo, ao vivo, com os virtuais candidatos à presidência da República (os que praticamente já haviam sido escolhidos à época da convocação da consulta), além de parlamentares, sindicalistas e representantes do Executivo. Debateram com as igrejas os candidatos do PT, Luis Inácio Lula da Silva; do PDT, Leonel Brizola; e do PSDB, Mário Covas. O professor e economista Carlos Lessa, representou o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães.

Lula defendeu a imediata suspensão do pagamento da dívida. Os recursos enviados atualmente para o exterior seriam empregados em pesquisas tecnológicas e científicas, em uma política de reforma agrária e na ampliação do

IGREJAS E DÍVIDA EXTERNA

Em consulta convocada pelo Conic e Cese, representantes de Igrejas discutiram a dívida externa. Participaram teólogos, economistas e os presidentes Lula, Covas e Brizola.

Jether Pereira Ramalho



Carlos Carvalho

mercado interno, sob um governo democrático e popular, com uma forte política externa soberana e independente, e discutindo com coragem e competência a política internacional.

Brizola discutiu a fundo o sistema de negociação defendendo uma ampla auditoria da dívida, realizando-se ao mesmo tempo articulações internacionais que mostrem a injustiça dos atuais termos do endividamento. Deu ênfase às causas da dívida e criticou a política econômica que mantém o Brasil submetido à política dos países ricos.

Covas assinalou que a situação de endividamento externo e interno, o déficit público e a escalada inflacionária, estão levando a economia brasileira a uma situação de paralisia. Defendeu a securitização da dívida externa, propondo um mecanismo internacional que possa comprar os títulos da dívida pelo valor que eles têm no mercado financeiro secundário, que taxa os títulos de nossa dívida por um pre-

ço muito abaixo do seu valor nominal.

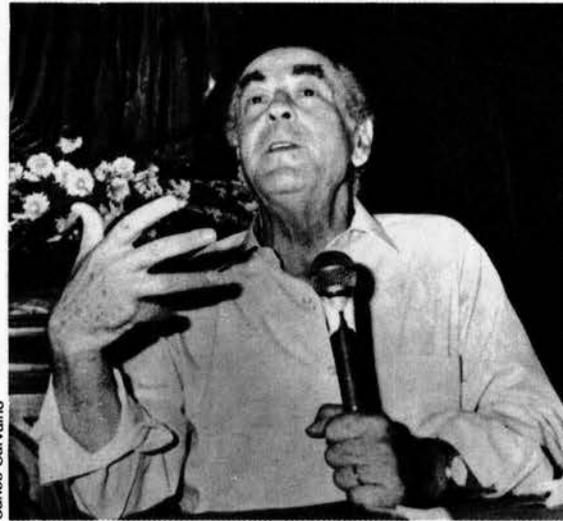
Lessa mostrou através de diversos dados a queda da disponibilidade interna de alimentos e defendeu a elevação dos salários para fortalecimento do mercado interno. Crê que a dívida é impagável e defendeu a redução do principal, mesmo sabendo que é uma redução penosa, passando pela mobilização das principais forças sociais em torno de uma proposta comum, questão essencialmente política.

Também os parlamentares, Benedita da Silva (PT), Celso Dourado (PMDB) e Lysâneas Maciel (PDT), mostraram as repercussões da dívida na vida do povo brasileiro, a não participação da sociedade quando se contraiu os empréstimos, a interferência dos organismos internacionais na definição dos rumos da política econômica brasileira, a necessidade de uma auditoria da dívida e de uma aliança dos países devedores. Ressaltaram que a nova Constituição brasileira estabele-

Carlos Carvalho



Carlos Carvalho



Carlos Carvalho



O candidato Lula (acima) defende a suspensão do pagamento da dívida. Brizola (no centro) propõe uma ampla auditoria e articulações internacionais, enquanto Covas (abaixo) quer a securitização da dívida

ceu novos poderes ao Parlamento nacional e instituiu uma comissão especial para tratar da dívida externa.

O representante do ministro Mailson da Nóbrega, Osvaldo Moreira de Souza, historiou a transformação das condições por ocasião da contratação dos empréstimos na década de 70 e suas atuais formas de pagamento.

Dividiu o período recente de renegociação da dívida em três etapas: de 1982 a 1985, como período de crise de liquidez; de 1985 a 1988, como conciliação de ajuste de pagamento com crescimento e, a partir de 1988, os esforços para redução do principal da dívida. Declarou que atualmente o Brasil gasta cerca de 4% do PIB com o pagamento da dívida, o que considera insustentável.

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, demonstrou com várias comparações, os efeitos desastrosos da dívida externa na vida dos trabalhadores. Defendeu o não pagamento da dívida e a mobilização do movimento sindical para enfrentar esta questão. Afirmou que as igrejas têm um papel muito decisivo nesse debate e podem contribuir para que os trabalhadores façam a relação de sua situação cotidiana com os efeitos da dívida externa.

Participação ecumênica — Poucos encontros ecumênicos tiveram uma aceitação tão grande e entusiasta por parte das igrejas como este. Pode-se afirmar que quase todas as confissões cristãs importantes representaram-se, oficialmente ou como observadoras, na consulta. Estiveram presentes participantes das Igrejas Católicas, Evangélica de Confissão Luterana, Metodista, Episcopal, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Presbiteriana do Brasil, Evangélica Luterana, Congregacional, Batista e Assembléia de Deus. Mais de uma dezena de organismos ecumênicos, os mais representativos do Brasil, colaboraram ativamente na consulta mostrando um fácil entrosamento com as igrejas.

Um destaque foi a participação de representantes de igrejas da Alemanha, Holanda, Inglaterra, Suíça e Estados Unidos. A compreensão de que o problema da dívida externa não é somente responsabilidade do Terceiro Mundo faz renovar as esperanças de uma nova solidariedade internacional.

Economia e teologia — Elemento marcante na consulta foram as reflexões teológicas, coordenadas pelo teólogo e economista Franz Hinkelammert. Destacou a importância de se desvelar dos projetos econômicos os elementos de sua legitimação teológica. Mostrou como na concepção burguesa as leis do mercado são apresentadas como leis da História e os sacrifícios de suas vítimas como necessidades históricas. Essa mistificação exige dos cristãos uma posição frente às vítimas. A não necessidade de sacrificar vítimas, segundo Hinkelammert, deve ser o critério de verdade de qualquer teoria. O teólogo luterano Walter Altmann, comentando a palestra de Hinkelammert, afirmou que a lógica da "verdade do mentiroso", inerente às concepções burguesas, é um universo conceitual irreconciliável com os objetivos originais do movimento de Jesus. Já o teólogo Hugo Assmann colocou que a racionalidade econômica seqüestrou o Evangelho e transformou o amor benfeitor em exigências de eterna gratidão.

O pastor e biblista Milton Schwantes enfocou, em um estudo bíblico, o tema da vida no templo, afirmando que a monarquia davídica se estabilizou e conseguiu a adesão dos camponeses por meio do saque internacional. A construção do templo, segundo ele, não só tornou o povo frágil e empobrecido internamente, como também o levou a um endividamento externo pela necessidade de importação dos materiais e saberes técnicos para a construção.

Com referência às linhas pastorais, Zwinglio Mota Dias, teólogo presbiteriano, apresentou como pistas a necessidade de uma perspectiva ecumênica da pastoral, que implica numa revisão da auto-compreensão das igrejas, envolvimento das bases das igrejas no tratamento político da dívida externa e fortalecimento do Conic como motivador de uma prática eclesial ecumênica.

E agora? — A consulta produziu um documento final que publicamos a seguir. Mas a caminhada não se encerra em uma consulta, nem na divulgação de declarações e propostas. Esses são instrumentos para um processo mais longo, envolvente, participativo, forte, audacioso para quebrar as correntes poderosas da injustiça que tanta dor e sofrimento estão causando ao povo brasileiro. A consulta foi mais um sinal de que a campanha prossegue, nas igrejas e nos diversos setores da sociedade brasileira, construindo melhores dias e buscando outras estruturas econômicas e sociais que garantam vida plena para todos.

“Somos co-responsáveis pelos destinos da nação”

Reunidos em consulta nacional sobre a dívida externa, nos dias 27 a 30 de março de 1989, na cidade do Rio de Janeiro, nós, os representantes de igrejas cristãs, com a participação de observadores de igrejas de outros países da América do Norte e da Europa, de instituições especialmente convidadas, analisamos amplamente os efeitos do endividamento de nosso país sobre a vida nacional. Em espírito de oração e comunhão, procuramos, na inspiração da Bíblia e da teologia, buscar os critérios para uma avaliação cristã da dívida externa que pesa sobre o povo brasileiro. Procuramos examinar os dados a nossa disposição, ouvindo a estratégia da política oficial do governo, de alguns dos presidentes, de parlamentares, dos trabalhadores e dos nossos assessores. Procuramos nos inserir na linha de análise da questão, seguindo três seminários anteriores e outros encontros das igrejas, em nível internacional, sobre o mesmo assunto.

A consulta chegou à elaboração das considerações e recomendações que se seguem, as quais compartilhamos e submetemos às igrejas e ao povo brasileiro em sua nova caminhada democrática.

I — O peso da dívida externa sobre o povo brasileiro — Aflige-nos tanto o montante da dívida — US\$ 115 bilhões — quanto o pagamento já efetuado no decorrer dos dezesseis últimos anos, de 1972 a 1988 — US\$ 176 bilhões. Aflige-nos que a dívida e seu pagamento estejam subordinados às decisões do governo de um outro país — os EUA — a quem pertence a moeda usada hoje como meio de trocas internacionais. Aflige-nos a descapitalização do Brasil, que entre 1980 a 1987 transferiu US\$ 50,4 bilhões a mais para o exterior do que as divisas que entraram no país. Aflige-nos também o elevadíssimo custo do serviço da dívida — US\$ 17 bi-

Declaração final da Consulta Nacional “Igrejas e Dívida Externa”, patrocinada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), com assessoria do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi)

lhões, em 1988 (conforme a Fundação Getúlio Vargas).

Causou-nos impacto a revelação de que os juros pagos em 1988 correspondem aproximadamente a 266 milhões de salários mínimos, ou a 81.700 salas de aulas para 60 milhões de alunos ou, 7,7 milhões de casas populares, suficientes para cerca de 30 milhões de pessoas! Com esse pagamento o Brasil perdeu, por causa da transferência de capitais, a possibilidade de implementar qualquer programa social relevante.

A fim de pagar esta enorme quantia, a economia foi direcionada para a exportação e não para o mercado interno. A fim de que nossos produtos sejam baratos para competir no mercado exterior, os salários devem ser necessariamente baixos e os juros internos altos. A fim de diminuir o consumo interno e para que haja excedentes exportáveis, é necessário que seus preços sejam altos no mercado interno, para que o povo não possa consumi-los.

As consequências estão aí: o aumento da miséria e da pobreza, a fome, a saúde precária, o inchamento das favelas, a prostituição, o analfabetismo, o menor abandonado e a violência urbana e rural.

II — A dimensão política da dívida — Fica assim evidente que a dívida externa é uma questão meramente técnica que interessa somente aos tecnocratas, obedientes à fria lógica do mercado. Ela tem repercussões sociais tão graves, que precisa ser compreendida e tratada como uma questão política.

É fundamental perceber que, em

decorrência da forma pela qual a dívida vem sendo tratada, o controle do sistema de amortização do principal e do pagamento dos juros não está nas mãos do Brasil, mas de seus credores no exterior. Isso significa que medidas de importância fundamental para a economia do país são tomadas no estrangeiro, o que caracteriza o enfraquecimento da soberania nacional.

Outro fator desse enfraquecimento é a inviabilização do desenvolvimento científico e tecnológico, o que mantém o país na dependência do exterior, aumenta ainda mais a dívida e que reforça esta mesma dependência.

Outro elemento que demonstra o caráter político da dívida externa é o fato de que o Estado brasileiro está cooptado pela força da aliança das elites econômicas transnacionais, que não têm qualquer compromisso de lealdade para com os interesses da sociedade brasileira. Com isso o povo não participa das grandes decisões que afetam o tratamento da dívida e dizem respeito a ele próprio.

Para que o governo supere sua impotência diante das imposições do capital internacional, torna-se fundamental que ele tenha ampla aceitação popular e suporte político. Somente assim poderá readquirir a credibilidade necessária, tanto interna como externamente.

III — A dimensão bíblico-teológica da dívida — Somos da convicção de que a questão da dívida externa não pode ser tratada como se fora uma dimensão estanque da vida nacional. Ao contrário, porque sua existência decide a vida e a morte das pessoas,

ela precisa ser abordada por nós, cristãos, também a partir de um enfoque bíblico-teológico.

Não admitimos que a economia seja regida por uma lógica autônoma e inquestionável, tanto assim que recorre também a uma teologia para justificar-se. A lógica da economia devia estar a serviço do bem-estar de todas as pessoas, do convívio e relacionamentos humanos e da humanização dessas relações. Mas, ao contrário, ela se fundamenta numa teologia da morte.

Além disso, a Sagrada Escritura testemunha que as questões econômicas — condições fundamentais para a vida plena — são tratadas dentro da fé e da esperança de Deus.

É tarefa dos cristãos, por um lado anunciar esse fato e, por outro, desmascarar essa teologia da morte sobre a qual a economia vem sendo erigida.

IV — Tomada de posição estratégica — À luz de todas estas considerações e crendo que, como cristãos, somos co-responsáveis pelos destinos da nação brasileira, afirmamos nossa convicção de que a presente dívida externa não deve ser paga, porque já o foi, e porque a continuidade de seu pagamento somente agravará mais ainda a exploração do já sofrido povo de nossa pátria. Sabemos que esta tomada de posição levantará inevitáveis conflitos de interesses. É a nossa escolha estar ao lado das maiorias empobrecidas de nosso país.

V — Linhas de ação — Certos de que a elucidação da questão da dívida externa depende de uma ampla e profunda discussão com toda a socie-

dade sobre sua realidade de implicações, apresentamos, como subsídio, estas posições e tomamos a liberdade de sugerir as seguintes linhas de ação para viabilizar a estratégia postulada acima.

1. Que o Conselho Mundial de Igrejas crie um programa ecumênico para o combate à dívida externa, em nível mundial (semelhante ao Programa de Combate ao Racismo), também com vistas ao surgimento de uma nova ordem econômica internacional;

2. Que o Conic promova uma campanha nacional (nos moldes da Campanha da Fraternidade) de esclarecimento à opinião pública sobre a dívida externa;

3. Que o Conic se corresponda com igrejas e organizações ecumênicas do Primeiro Mundo, insistindo na importância da participação de técnicos e líderes populares do Terceiro Mundo, nos debates promovidos por elas sobre a dívida externa;

4. Que o Conic solicite oficialmente ao Ministério da Fazenda dados sobre a dívida externa e os divulgue entre as Igrejas;

5. Que o Conic encaminhe ao Congresso Nacional a insistência da consulta para que sejam agilizados os trabalhos de auditoria da dívida, tal como prevê a nova Constituição do Brasil, porém incluindo também representantes de organizações da sociedade civil;

6. Que as Igrejas membros do Conic promovam encontros populares ecumênicos regionais para continuar o debate sobre a dívida externa;

7. Que as igrejas procurem criar o máximo de oportunidades de intercâmbio com as igrejas irmãs dos países credores para a discussão do problema da dívida externa e de uma nova ordem econômica internacional;

8. Que as igrejas desenvolvam uma pastoral política ampla, na qual se inclua o debate da dívida externa;

9. Que as igrejas orientem os seus membros a que adotem, como um dos critérios fundamentais para a escolha do seu candidato à Presidência da República, a posição que este adote em relação à dívida externa;

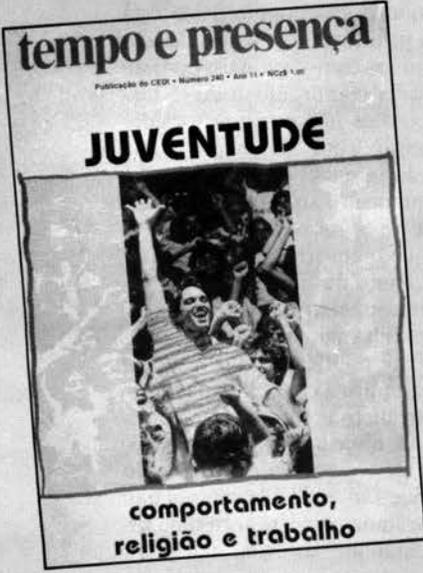
10. Que as autoridades eclesiásticas divulguem em todas as oportunidades diante da opinião pública a posição sobre a dívida externa assumida nesta Consulta;

11. Que as igrejas, fiéis a sua vocação de serviço e respeitando a dimensão religiosa do povo, cumpram seu dever de efetivamente apoiar e compartilhar as iniciativas da organização popular na linha da construção de uma nova ordem econômica política e social, que corresponda às necessidades e anseios das maiorias oprimidas, revelando assim sinais concretos da construção do Reino de Deus;

12. Que a CNBB estude a possibilidade de adotar a questão da dívida externa como tema da Campanha da Fraternidade;

13. Que as sugestões e propostas enunciadas nos seminários anteriores sejam implementadas, com a maior urgência.

Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro (RJ)
30 de março de 1989



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual: NCz\$ 10,00 Assinatura de apoio: NCz\$ 15,00 Exterior: US\$ 30

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição, Av. Higienópolis, 983, CEP 01238, São Paulo, SP

AMARGAMENTE DOCE

Dedicado a Carlos Mesters



Outro dia, exigiram que Ezequiel comesse um livro. O profeta o ilustra nos capítulos 2-3. E eu aqui o reconto. Ezequiel o diz lá a seu modo. Nós aqui o escutam a nossa maneira.

Fizeram-no devorar um livro. Na verdade, foi um rolo. Pois, naqueles tempos, os livros tinham este formato. A diferença não é tanta. De toda maneira, o cardápio não é dos melhores. Imagine: comer um livro! Coisa mais louca! Mas foi o que lhe impuseram. É que profeta está aí para isso mesmo. Dele se exigem coisas loucas e delirantes: comer rolos, andar por aí com canga no pescôço, casar com Cómer, uma tal falada. São coisas pra profetas. E Ezequiel se lembrou que a outros já fora exigida loucura similar. E pôs-se a mastigar o rolo, o livro, as folhas.

Não tem gosto e embolota. E isso é o pior. Quanto mais mastiga, mais indigesto parece ficar. A bola parece crescer. As bochechas parecem estourar. E é preciso que alguém "ajude".

E lá vem os "ajudantes", os executores de ordens. Animam com palavrinhas. Justificam com arrazoados. Explicam com argumentos. Oferecem um golezinho de água. Empurram se necessário. Forçam goela abaixo. Seus métodos variam. Seu objetivo não: fazer engolir o livro, o rolo maldito.

E o rapaz geme, se contorce. Sofre. Gritaria se o som lhe saísse. Imploraria se a boca não lhe tivesse entulhada. Choraria se houvesse tempo. Mas a ordem é urgente. Os "ajudantes" são eficientes. Não dá outra: é preciso engolir, fazer descer, amargamente.

Afinal, por quê? Que há de tão terrível nesse rolo? Que há de tão herético neste livro? Qual foi o crime do rapaz? Deve ter sido horrível. Deve ter ofendido tudo que é tido por sagrado. Ah, deve ter merecido! Ninguém é levado a engolir um livro todo assim por acaso, só de brincadeira. Este que aprontou o rolo só pode ser um nojento, de um "aspecto mui desfigurado". Será?

É que o moço se dedicou a fazer surgir esperanças em meio ao povo. Fez aparecer pessoas em meio a vales de ossos secos. Ajudou a juntar ossos. Costurou feridas. Ergueu pessoas. Escutou suas palavras. Valorizou-as. E o vale de ossos se pôs em pé. Passou a falar. Organizou-se. Resultou em tribos, doze no começo, muitas outras depois. Sonhos e esperanças foram aparecendo. Horizontes novos se abriam.

Mas, sonhos estão proibidos. Não está permitido promover esperanças. Nem tão pouco foi autorizado publicar a respeito de paraísos saudosos. Decretou-se que isso seriam ingenuidades. Engulam-se, pois, tais esperanças. Os livros que delas falam só aprontam rolos. Metam-se-lhe goela abaixo! Já!

E o problema não é só esse. Vejam só que outras tolices estão no escrito. É que este Ezequiel se pôs a anotar gemidos e berros. Que falta de gosto! Não teria coisa mais agradável a fazer? Pôs no rolo "lamentações, suspiros e ais". Não é que foi anotado os gritos do povo!? Encheu o papel de reclamações e sofrimentos. Dizia que salário mínimo é roubo.

Gente, isso é promover luta de classe. Assim não dá! É preciso fazer passar o rolo. Meta-lhe rolo pra que engula o rolo maldito, este livro de sonhos e lamentos. Acabe-se com o paraíso: Já não há quem suspire! Vai tudo bem, obrigado. E em calmaria.

E o livro lhe é metido goela abaixo. "Enchem-se suas entranhas". Que amargor!?

Qual nada! Aninhado nas entranhas o rolo já não é de fel. Experimentado desde os porões da humanidade já não é amargor. Vivido desde o reverso é mel, é doçura. Nessa brisa leve desabrocha a flor sem defesa. E já não é só de Ezequiel...

Milton Schwantes é pastor luterano em Guarulhos (SP) e professor de Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em São Bernardo do Campo (SP).

POVOS DA FLORESTA RESISTEM À DEVASTAÇÃO

Índios e seringueiros reivindicam as reservas extrativistas e não aceitam a troca da floresta por outro sistema de vida cuja qualidade é questionável. Suas propostas traduzem a aspiração de se construir uma nova Amazônia sob o controle do povo

Maurício Waldman



Eles viajaram de canoa, ônibus e avião. Caminharam a pé através da floresta. Remaram ao longo dos intermináveis igarapés, enfrentaram o silêncio e a chuva intermitente. Vieram de toda a Amazônia, a partir de um chamado iniciado meses atrás, pelo rádio, carta ou contatos pessoais. Concentraram-se em Rio Branco, no Acre, entre os dias 25 e 31 de março de 1989, e promoveram o 2º Encontro Nacional de Seringueiros e o 1º Congresso de Povos da Floresta. Ali, no ginásio esportivo da cidade, sentaram-se, lado a lado, índios e seringueiros, castanheiros e ribeirinhos — os Povos da

Floresta — preocupados em discutir os rumos de um movimento que chamou a atenção do mundo inteiro, particularmente depois do assassinato do líder sindical e ecológico Chico Mendes. Como ninguém, Chico Mendes soube representar e defender os direitos da população oprimida da região.

A importância do congresso era evidente. Além dos delegados e observadores, chegaram ao Acre, entre outros, representantes da Itália, Holanda e Bolívia, dos brasileiros (seringueiros brasileiros expulsos pelo latifúndio para a Bolívia), organizações não governamentais — como o Cedi, Instituto

de Estudos Amazônicos (IEA) e a Federação de Órgãos Assistenciais (Fase) — e entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) e Centro Pastoral Vergueiro (CPV). Também presentes, o PT e o PV, do Brasil, e o Partido Verde da Itália. Além de grupos de apoio ao movimento de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, dezenas de jornais brasileiros e imprensa internacional. Havia representantes do mundo artístico, como o ator Paulo Betti e o músico Vital Farias; da área sindical, Avelino Ganzer, dirigente nacional da CUT; e da política, como Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Gabeira e José Genoíno Neto. O público formava uma massa nunca inferior a quinhentas pessoas, ao longo de todo o congresso.

Enfrentar a tensão — Algumas impressões não passaram despercebidas. Como a solidão da floresta, que se estendendo quase sem descanso do Atlântico à Cordilheira dos Andes, nos provoca, como para Estevão (personagem de *O Século das Luzes*, do cubano Alejo Carpentier), uma espécie de vertigem.

Era visível, no clima de Rio Branco, a agressividade da UDR e a percepção da influência de um modelo de desenvolvimento preocupado em implantar, a qualquer custo, a “modernizada na selva”. A imprensa e as elites locais, afinal, trabalharam dia-a-dia para indispor a população urbana contra os líderes seringueiros e os índios, sob a alegação de que ambos estariam promovendo o “subdesenvolvimento do Acre”.

Esses fatos eram perceptíveis já na chegada de muitos participantes do congresso, em pleno aeroporto de Rio Branco. Fernando Gabeira, presidente nacional do Partido Verde, foi ameaçado por um militante da UDR, irritado com o teor de suas declarações. Por todos os lados circulavam rumores — depois confirmados — de que volumosos carregamentos de armas estavam atravessando a fronteira da Bolívia para abastecer os arsenais particulares de grandes pecuaristas. A mídia local recebia a chegada de Luis Inácio Lula da Silva com imensa frieza, contrastando com o entusiasmo popular verificado nas ruas. As Forças Armadas, durante os trabalhos do congresso, colocava em operação uma desastrosa tentativa de infiltrar um militar nos debates, tentando apresentá-lo como jornalista. Mas a trama foi descoberta e o desastrado espião imediatamente expulso do local.

A resistência — O anseio em responder a opressão era claro. Os assassínios e atentados não podem mais continuar impunes e algo deve ser feito, clamavam os índios e seringueiros. Nas discussões, manifestava-se a certeza de que a resposta à opressão deve ser dada com o fortalecimento do movimento popular, a construção de sindicatos e uma intervenção cada vez mais ativa do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas (UNI). No entendimento da maioria dos participantes, estes são os espaços políticos próprios para a busca de um modelo alternativo de poder, que contemple as aspirações do povo e da região, secularmente marginalizados de todas as decisões que lhe dizem respeito.

É preciso dar respostas politicamente competentes aos problemas colocados pela forma de ocupação desenfreada do espaço da Amazônia. Gumerindo Rodrigues, assessor de Chico Mendes e engenheiro agrônomo do Centro dos Trabalhadores da Amazônia — também ameaçado de morte por pistoleiros e fazendeiros da região — defende com uma lógica inabalável as aspirações dos povos da Amazônia: “Entendemos que as reservas extrativistas correspondem a uma reivindicação dos índios e dos seringueiros como um todo. Estas populações não querem trocar a floresta por um sistema de vida cuja qualidade é questionável”, argumenta Gumerindo.

Ele fala em desapropriação, pela União, de vastas extensões de matas para uso coletivo dos Povos da Floresta e em aprofundar os estudos sobre o extrativismo. Para os que entendem o desenvolvimento como sinônimo de devastação, isso não passaria de tradicionalismo retrógrado, subdesenvolvimento explícito ou puro exotismo. Gumerindo nega, enfaticamente, estas acusações. “Mesmo no puro sentido capitalista da palavra, não existe justificativa para colocar pasto no lugar de seringa. Um hectare de pasto gera no máximo NCz\$ 60,00 brutos, ao passo que um hectare de floresta gera, em castanha e em borracha, NCz\$ 120,00 líquidos. Além disso, é preciso computar o que os seringueiros e os índios tiram da floresta em termos de caça, de pesca e de frutos. É preciso ver que na floresta não se paga aluguel e não se tem patrão. Enfim, não existe ônus de nenhum tipo: ecológico, social ou econômico”, garante Gumerindo.

Além das reservas extrativistas, as resoluções do Congresso são ricas em reivindicações que traduzem a aspira-

Em Rio Branco, imprensa e elites locais indis põem a população contra os líderes seringueiros e os índios. Querem impor, a qualquer custo, a “modernidade na selva”



João Roberto Ripper

ção de se construir uma nova Amazônia sob o controle do povo. Os seringueiros e indígenas querem escolas com professores treinados em programas adequados à região, o fim do sistema de pagamento de renda (em vigor nos seringais tradicionais, transformando o seringueiro em virtual escravo do seringalista), administração e controle das reservas extrativistas diretamente pelos trabalhadores, demarcação imediata das áreas indígenas sob o controle dos mesmos, revisão de toda a política governamental de ocupação do espaço amazônico, política de crédito direto para os trabalhadores extrativistas e o fim dos incentivos fiscais para atividades agropecuárias em áreas de florestas. Exige-se ainda a apuração dos crimes cometidos contra os trabalhadores, o reassentamento dos serin-

gueiros expulsos pelo latifúndio para o território boliviano e a implantação dos postos de saúde no interior da mata, entre muitas outras resoluções.

Para quem teve oportunidade de participar das discussões, ficou evidente a complexidade da situação e a necessidade de alguns setores progressistas do campo refazerem o mais rápido possível a sua leitura das perspectivas do movimento. Diante da complexidade desta realidade, as prioridades políticas estabelecidas não podem esquecer o índio, que ainda luta pelo simples direito de ter sua área demarcada; o castanheiro e o seringueiro, que aspiram pela reserva extrativista; e o ribeirinho, que quer ver preservado o rio e os ciclos naturais que o sustentam. Todos, enfim, índios, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos buscam uma

Júlio Barbosa,
Osmarino
Amâncio e o
índio Kampa:
três lideranças
dos Povos da
Floresta



João Roberto Ripper

cidadania secularmente negada, onde modelos de transformação social, dissociados da realidade destes povos, apenas contribuem para o isolamento de uma luta, cujo benefício está voltado para toda a sociedade.

O desafio ecológico — Trata-se de uma luta em benefício do conjunto da humanidade. A Amazônia é responsável (no mínimo) pelo equilíbrio climático de vastas áreas da América do Sul e parte indispensável da dinâmica de massas de ar que influenciam o Brasil e países vizinhos. O seu patrimônio genético, praticamente inexplorado, constitui um campo enorme de descobertas científicas. Em um mundo onde as florestas tropicais estão sendo destruídas na ordem de 40 hectares por minuto, com consequências imprevisíveis para o conjunto da biosfera terrestre, a preservação da Amazônia interessa a todos os povos, daí a presença de entidades ecológicas do exterior no encontro. Não sem razão, Roberto Smeraldi, da entidade ecológica Amigos da Terra, da Itália, deslocou-se ao Acre para hipotecar "todo o apoio possível" aos Povos da Floresta. Foi acompanhado de Renata Ingraio, ambientalista italiana da entidade Liga pelo Ambiente que, em documento distribuído no congresso, destacou que um novo e justo equilíbrio entre o Norte e o Sul deve reforçar a esperança de que os povos "vivam e se organizem no signo dos direitos humanos, da justiça social, da utilização racional dos recursos e da salvaguarda do meio ambiente". Essa visão foi compartilhada por outros visitantes, como José Ramos Regidor, do Centro Internacional de Documentação e Informação (Idoc), da Itália, para o qual a luta dos Povos da Floresta está colocada em uma conjuntura internacional, onde a sobrevivência tem "íntima relação" com a biosfera e a divi-

da externa. Posição também assumida por sindicalistas como Carlo Colli, representante da Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores (Cisl).

No congresso não ocorreu nenhuma manifestação de nacionalismo rasteiro. Da mesma forma que os ecologistas, os Povos da Floresta têm compreensão do quanto a sua problemática relaciona-se intimamente com o sistema mundial de poder. Por isso mesmo, o plenário do encontro aprovou um texto cujo teor considera o pagamento da dívida uma maneira de continuar a pressão insustentável sobre a floresta e seus habitantes. O plenário, enfim, assumiu a bandeira da dívida externa, pois pagá-la significa a "morte".

A experiência dos Povos da Floresta tem importância mundial. Repensando o extrativismo com a preocupação de resgatar o vigor do passado, as reservas extrativistas constituem um modelo que impressionou todos os observadores estrangeiros. Por que não aplicá-las em Bornéu, na Tailândia, e nas vastas extensões da floresta equatorial africana, onde da mesma forma que na Amazônia as populações locais se apropriam da natureza sem destruí-la? Pensando ainda mais longe: por que não pensá-las como um modelo viável de exploração adaptado a outros ecossistemas, como no caso da pesca artesanal dos mares da Polinésia e das populações caçadoras das savanas?

O recurso ao saber acumulado pelas populações do Terceiro Mundo tem sido sistematicamente recusado pelos meios acadêmicos do próprio Terceiro Mundo, por conta de um colonialismo cultural que aponta como válidas apenas as experiências do mundo temperado. Incorporar a experiência das populações extrativistas implica em compreender dinâmicas cujo significa-

do mais profundo subentendem o fim da ocupação irracional da região, sob pena de perder-se a própria possibilidade de compreensão.

Identidades — A agitação constante do congresso foi marcada pela vontade de discutir problemas comuns. No congresso, dialogaram, frente a frente, índios com marcas de ferimentos provocados por seringueiros e em situação oposta, seringueiros que perderam o acesso aos seus locais de trabalho, expulsos pelos índios. A União dos Povos da Floresta inicia-se neste diálogo, cujo aprofundamento mostra imediatamente o inimigo comum de ambos: o latifundiário, o seringalista e o pecuarista. Nomes diferentes para um mesmo inimigo, que durante décadas, jogou o seringueiro contra o índio, o índio contra o próprio índio e o índio contra o "branco". Da mesma forma que o seringueiro quer a reserva extrativista, os povos indígenas querem a demarcação de suas terras. Ailton Krenak, da União das Nações Indígenas e Raimundo de Barros, Júlio Barbosa e Osmarino Amâncio Rodrigues, representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros, dizem a uma só voz: "A nossa aliança não é no papel, é pra valer".

Por outro lado, não se trata, como imaginavam alguns participantes, de uma união onde desaparecem o índio, o seringueiro, o castanheiro e o ribeirinho. As identidades culturais existem e, no entendimento dos participantes, continuarão a existir. Somente mantendo-se as diferentes identidades é que o processo de intercâmbio poderá perpetuar-se. É a unidade na diversidade.

Na abertura do congresso, o seringueiro Júlio Barbosa e o índio Roque de Souza, da nação Iawanawa, deram uma volta na quadra do ginásio, lado a lado, simbolizando a união. Após o congresso, novamente os índios e seringueiros, somados a todos os participantes do encontro, desfilarão pelas ruas de Rio Branco, perante toda a população. Nesse conjunto, onde convivem a poranga, urucum (tradicional manifestações culturais do povo amazônico) e as palavras de ordem contra a devastação, a opressão e a impunidade, ninguém mais pode duvidar da vontade dos Povos da Floresta em caminharem juntos.

Maurício Waldman é ambientalista, membro do Coletivo Nacional de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores (PT) e ativista do Comitê de Apoio aos Povos da Floresta (SP).

As décadas de 50 e 60 e, embora parcialmente, a de 70 são as de maior desenvolvimento e crescimento econômico da América Latina. São as décadas em que se impulsiona a industrialização e se começa a reestruturar o campo através das reformas agrárias que, apesar de limitadas, revelam uma alta capacidade de desenvolvimento agrícola por parte do campesinato latino-americano.

Este desenvolvimento pujante da América Latina decaiu nos anos 70 para passar a um período de estagnação nos anos 80. Isto se deve a problemas estruturais, na década de 70, vinculados à industrialização por meio da substituição das importações. Já a estagnação dos anos 80 se deriva diretamente da imposição da cobrança da dívida externa, que destrói amplamente o desenvolvimento alcançado nas décadas anteriores. O financiamento externo, que nas décadas anteriores era chamado de "ajuda ao desenvolvimento", levou a uma situação em que tinha de destruir o desenvolvimento atingido para pagar o que se chamava de "ajuda".

Nestas décadas de declive do desenvolvimento latino-americano começou-se a falar no necessário desmantelamento do Estado na América Latina. Não se tratava, contudo, de desaparecer realmente o Estado. Tratava-se de reforçar e aumentar um Estado policial-militar para poder desmantelar as funções econômicas e sociais do Estado. Por isso se falava, de preferência, em desmantelamento do "Estado intervencionista": o Estado policial é liberdade, o Estado social é escravidão. Assim se pode resumir a nova ideologia do liberalismo que se impõe à América Latina desde a década de 70.

Desta ideologia vem a tese da privatização das funções estatais na economia e na vida social em geral. Insere-se na ideologia mais ampla do mercado e da iniciativa privada. Segundo esta, somente as atividades privadas são eficientes; do Estado, em contrapartida, se diz que é ineficiente por essência.

Trata-se de um conjunto de teses que, já à primeira vista, são pouco prováveis. Os períodos de vigoroso desenvolvimento da América Latina são períodos de alta atividade estatal e de importante intervencionismo estatal, aos quais correspondeu um significativo esforço das empresas privadas. Em compensação, com o início do desaparecimento do Estado, começa a estagnação da economia latino-americana e seu fracasso em desenvolver o continente. Cresceram enormemente os lucros mas ocorreu uma alta ineficácia



Luiz Carlos Muraukas/Ag. Folhas

A PRIVATIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO

A nova ideologia do liberalismo que se impõe à América Latina quer reforçar e aumentar um Estado policial-militar para desmantelar as funções econômicas e sociais do Estado

Franz J. Hinkelammert

da assim chamada iniciativa privada para desenvolver estes países. Isso leva à coincidência de um rápido desmantelamento do Estado econômico e social nos anos 80, com um estancamento cada vez mais acentuado do desenvolvimento econômico e da dinâmica das empresas capitalistas. Apesar disso e paralelamente, essas mesmas empresas têm os seus lucros cada vez mais aumentados. A incapacidade da empresa privada em desenvolver os países da América Latina não lhe diminui os lucros, antes os aumenta.

Quanto mais se nota este estancamento, mais se fala na necessidade de privatizar ainda mais as funções econômicas e sociais do Estado. Não pode haver nenhuma dúvida de que deste desmantelamento do Estado resultarão lucros ainda maiores que os anterior-

es. Atividades como a saúde, a educação, mas também a privatização das empresas públicas permitem auferir lucros privados em atividades até agora competentes ao Estado.

Não obstante, esses maiores lucros não levam a maior desenvolvimento, antes o estancam mais. A empresa privada, sem um Estado vigoroso que lhe abra caminhos e sustente atividades estatais de apoio para fomentar a atividade produtiva, acabará completamente ineficiente para conduzir, ela própria, o processo de desenvolvimento. Quanto mais ela penetra a sociedade interna, menos desenvolvimento provoca. Desemprego, pauperização e destruição galopante da natureza são o resultado disso; nem aparece crescimento econômico significativo. Entretanto, ela não só destrói o desenvolvimento:

A empresa privada não garante emprego à população e o Estado contrata muito mais do que necessita. Assim, o Estado corrompe e reforça os argumentos em favor da privatização de suas funções

destrói até a capacidade de ação racional do Estado e o corrompe. Corrompe-o por tirar sempre mais proveitos da atividade estatal restante, e ocasiona tais problemas sociais, que o próprio aparelho estatal tem de atuar sem possuir os meios adequados para fazê-lo.

Portanto, a ineficácia da empresa privada em desenvolver estes países leva ao inflacionamento do Estado. Ao não poder efetuar uma política econômica de emprego e uma política social de distribuição da renda, o Estado transforma-se em única fonte de renda para aquelas pessoas que não são empregadas pelas empresas privadas. Como não sabem onde ir, pressionam o Estado para conseguir algum emprego. Trata-se de uma pressão que resulta, precisamente, da ineficácia da empresa privada em dar emprego à população. Daí o inflacionamento do Estado. Este, agora, com suas funções limitadas, fica obrigado a contratar muito mais pessoal do que efetivamente necessita para o cumprimento dessas funções. Portanto, o Estado se corrompe por ambos os lados: para a burguesia, como fonte de renda muitas vezes ilícitas; para o povo, como recipiente do desemprego. Começa a contratar pessoal ao qual não correspondem funções em cujo cumprimento poderiam trabalhar.

Esta corrupção, desmoralização e ineficiência do Estado transformam-se, posteriormente, em argumento a favor de um desmantelamento ainda maior do Estado e da privatização de suas funções. Contudo, a privatização piora a situação, exatamente pelo fato de que a origem da estagnação é a própria empresa privada, com sua incapacidade para originar, por conta própria e sem recorrer ao Estado, uma política de desenvolvimento adequada, e que se opõe a uma ação racional do Estado para complementar essa sua ineficácia. Isso vai dar num círculo vicioso, do qual, aparentemente, não há saída.

Por esta razão, a privatização das funções do Estado não dá nenhum resultado. Agrava a situação que pretende melhorar. O que faz falta é racionalizar o Estado para o cumprimento de suas funções. Estas se referem à garantia de uma infra-estrutura econômi-

ca e social do desenvolvimento junto com um quadro geral de aumento da produção, dentro do qual a empresa privada pode operar para alçar o desenvolvimento e não apenas para auferir lucros da situação de seu próprio fracasso no cumprimento desta tarefa.

Esta racionalização do Estado, entretanto, não é possível se ela não se dá na realização das suas funções. Não se pode racionalizar um Estado ao qual se tira e proíbe o exercício de suas funções. A empresa privada não as cumpre, e o Estado se torna sempre, reiteradamente, ineficaz. Falta buscar um equilíbrio entre as funções condutoras do Estado e a empresa privada que atua nos mercados. Se um desses pólos tratar de eliminar o outro, nenhum desenvolvimento terá lugar e a consciência será o desmoronamento da sociedade.

Certamente, nas atuais circunstâncias, esta busca de um novo estilo de desenvolvimento se depara com outra importante barreira: a cobrança da dívida externa da América Latina pelos países desenvolvidos. Contudo, embora se consiga até anular esta dívida, disso não sairá uma nova etapa de desenvolvimento se não se encontrar uma relação entre funções estatais e atividade empresarial do mercado, na qual o Estado torne a assumir a condição do próprio desenvolvimento. A empresa privada é incapaz de substituir o Estado nesta sua função. Se tentar fazê-lo, seu efeito sobre a sociedade será caótico.

A burguesia latino-americana tem conseguido impor sua política antiestatista de desmantelamento do Estado econômico e social apenas apoiada nas ditaduras de Segurança Nacional, que por sua vez podiam recorrer ao apoio dos Estados Unidos. Foram promovidos Estados altamente repressivos e até totalitários. Somente Estados desse tipo podem sustentar uma estabilidade política em situação de caos econômico e social — como a gerada pela empresa privada quando deixa de seguir uma estratégia de desenvolvimento racionalmente concebida e politicamente implementada pela ação estatal econômica e social.

Ao fazer isso, a América Latina seguiu as pautas, que foram aceitas so-

bretudo nos Estados Unidos, desde a subida de Reagan à presidência. Especialmente a partir de 1982, quando se começou a cobrar a dívida externa, o governo dos Estados Unidos condicionou todas as negociações da dívida a essa política antiestatista. Com isso, limitou o possível desenvolvimento da América Latina a partir de dois ângulos: de um lado, a cobrança da dívida externa a obrigou a entregar seus excedentes econômicos aos países credores; por outro, o desmantelamento do Estado econômico e social tirou-lhe a possibilidade de formular, sequer, uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo substituído essa estratégia pelo domínio absoluto dos aparelhos militares, primeiro sob a forma de ditaduras militares e, posteriormente, em forma de tutela militar sobre as democracias, quando estas voltaram a surgir.

Com isso, os Estados Unidos exportaram para a América Latina uma política antiestatista na qual, nos anos 80, se enraíza o seu próprio declive. Ao renunciarem também a uma política racional do Estado, os Estados Unidos se impossibilitaram de responder à competição dos outros países capitalistas, quer o Japão, quer a Europa Ocidental. Nesses países, o Estado é altamente intervencionista, com muita ingerência na economia e com ampla política de seguridade social e de educação. Os Estados Unidos, com seu utopismo mítico antiestatista, mostrou sua incapacidade para assumir tal competição. E mais, em todos os países onde conseguiu impor essa sua política antiestatista, freou o desenvolvimento, tal como ocorreu com o seu próprio desenvolvimento. Uma razão muito forte para que países como a Coreia do Sul tenham podido seguir seu processo de desenvolvimento é, precisamente, o fato de que puderam manter seu Estado altamente intervencionista na economia.

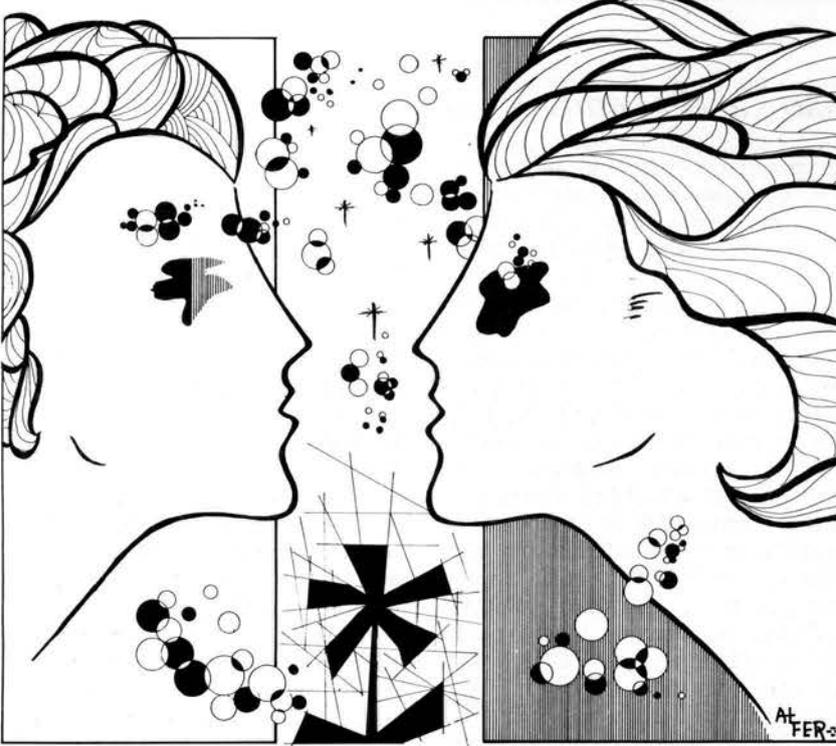
A América Latina não pode simplesmente copiar tais exemplos. Mas não terá nenhum destino de desenvolvimento se não se decidir, afinal, a voltar a fomentar um Estado de intervenção econômica e social, capaz de projetar sobre suas sociedades uma estratégia de desenvolvimento com vistas ao futuro, e implementá-la.

Franz J. Hinkelammert, economista e cientista social, é especialista em assuntos da América Latina. Vive na Costa Rica e é autor de, entre outros trabalhos, *As armas ideológicas da morte e Crítica da razão utópica* (editados no Brasil pela Paulinas).

RUTE E NOEMI

CORAGEM
EM TEMPOS
DE CRISE

Tânia Mara Vieira Sampaio



Em tempos de crise econômica, de dificuldades políticas e de grande luta pela sobrevivência é bom olhar para o texto bíblico para perceber como ele pode iluminar nossa vida hoje. É certo que se existem semelhanças, existem também diferenças e ambas nos ajudam a compreender como Deus agiu naqueles tempos e como age hoje. A história de Rute e Noemi é a luz que fomos buscar na Bíblia para refletir sobre situações de crise que podem ser superadas com garra e luta pelo direito dos pobres. Fome e pobreza eram algo bastante comum. Bateram forte na casa de muitas famílias. Sabemos disso através da história escrita sobre uma dessas pequenas famílias de Judá. Eram quatro pessoas, pai, mãe e dois filhos, que tiveram que abandonar sua terra e ir para outro lugar, para Moab, em busca de trabalho e comida. Por lá as coisas não melhoraram muito: os rapazes se casaram com moças daquele país. Para não dizer que a desgraça era pouca, o pai acabou morrendo e depois os filhos. Sobraram as três mulheres. A família foi minguando e as forças também. Três mulheres, três pobres, três viúvas. Que situação complicada em tempos como aqueles!

Noemi se sentiu só e sem apoio em um país estrangeiro. Resolveu voltar a sua terra. Tendo morrido seus filhos e não tendo outros para dar as suas noras, resolveu devolver-lhes sua liberdade (1,8-9) para que pudessem casar-se novamente e assim fossem liberadas do sofrimento e da humilhação de não ter marido nem filhos. Afi-

nal, na época, para a mulher o casamento significava ser praticamente comprada pela família de seu marido e nesta deveria realizar-se gerando filhos e garantindo o nome e a continuidade da herança da família de seu marido.

Mas Rute recusou separar-se de sua sogra que estava velha, desanimada e sem grandes condições de lutar por sua sobrevivência. Esta sua atitude estava profundamente impregnada de ternura e amor desinteressado.

Estamos diante de duas mulheres de muito valor. Uma, reconhecendo a sua fraqueza e impossibilidade de oferecer a suas noras uma vida digna e respeitável, lhes devolve a liberdade e com desapego as envia a buscar sua realização enquanto mulheres. A outra, Rute, ultrapassa as exigências feitas a ela, pelos costumes da época, e assume colocar sua vida a serviço de uma mulher ainda mais fraca que ela. Uma verdadeira aliança de solidariedade! Coisa rara naqueles tempos e nos de hoje também.

Rute e Noemi sobressaem ainda mais ao dividir a cena (1,8-18) com a outra nora que é facilmente persuadida a aceitar sua liberdade e reconstruir sua vida. Se o faz por egoísmo ou por um curso natural diante das regras daquele tempo não se sabe ao certo, pois o texto não entra em detalhes. Mas fica patente que a outra nora vai buscar seu interesse enquanto Rute vai primeiro cuidar de sua sogra.

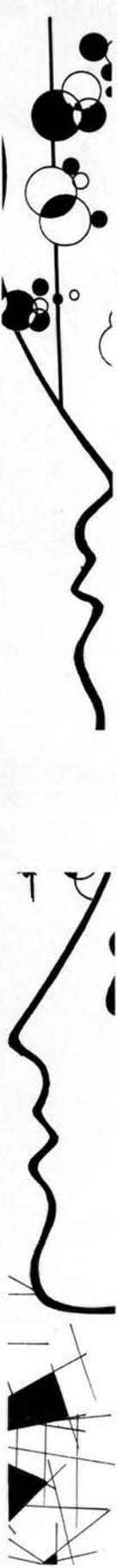
Chegando em Belém, em tempo de colheita, Rute tomou a iniciativa de ir para a lavoura e catar espiga. Um costume antigo, tornado lei em Israel (Dt 24,19) e deturpado com o passar do tem-

po, era o de beneficiar o estrangeiro, o pobre, o órfão e a viúva, deixando-os recolher a parte não apanhada da colheita ou que caía no chão. Essa prática de respigar, no tempo do livro de Rute, estava bastante modificada. O que antes era um direito, agora estava sujeito à autorização do proprietário da terra (2,2) e também sujeito às afrontas que os coletores faziam, tanto que Booz não só autorizou Rute como também recomendou aos seus empregados que não a molestassem (2,8-9) e ainda que deixassem cair um pouco do que colheram para ela apanhar (2,16).

A luta pela sobrevivência foi fazendo crescer em Noemi e Rute a consciência de seus direitos e assim foram ajudando o povo e ajudam a gente hoje a não esquecer que, apesar da lei geralmente favorecer os poderosos (por serem feitas e administradas por eles), sempre há brechas, mesmo que pequenas, que precisam ser resgatadas em favor dos desfavorecidos.

Da luta pela sobrevivência (catar a sobra da colheita) elas passaram à luta pela dignidade enquanto mulheres. Na eira, Rute exigiu que Booz cumprisse a lei do resgate. Isto é: que comprasse a terra de Noemi e casasse com ela, Rute, para que seus filhos dessem continuidade ao nome de seu primeiro marido e assim a herança da terra fosse mantida. Estas exigências das mulheres foram vitoriosas. Seus direitos foram respeitados: Booz casou-se com Rute. A terra foi resgatada. A família e o filho foram esperança de um novo começo.

A consciência de Noemi e Rute sobre seus direitos e sobre a possibilida-



de de alcançar uma vida digna, com terra, filho e comida não estava pronta quando elas resolveram voltar para Judá, muito pelo contrário. Principalmente Noemi estava tomada por um sentimento de amargura e de abandono. Sentia-se castigada por Deus. Mas quando as duas começaram a tomar decisões diante das exigências de cada momento, as coisas foram ficando mais claras. Uma ação foi iluminando a outra. Uma foi fortalecendo a outra. E o fato de irem sempre conversando sobre o que fazer, avaliarem e planejarem como iam continuar permitiu que fossem trocando forças, esperanças e serviço até poderem celebrar a vitória.

Num tempo em que algumas lideranças de Israel se empenhavam, cada uma a seu modo, para que o povo pudesse voltar a ser fiel a Deus e reconstruir a vida no retorno do cativeiro, o cumprimento da Lei é um dos pontos fundamentais desse “fazer a vida de novo”. Só que isso continuava sendo feito na ótica dos poderosos com os vícios acumulados no passar dos anos. Mas nesse tempo também surgem outras pessoas sensíveis à dor do povo — ou porque são os que sofrem na própria carne (como Rute e Noemi), ou porque assumem como seu dever ser solidários e agir para mudar a situação (como Booz) — que valorizam no mesmo conjunto de leis aqueles aspectos ou artigos que tratam da proteção dos pobres. E a narrativa do livro de Rute é esse jeito novo de ler a Lei na ótica dos pequenos.

Entre os problemas sérios que afligiam o povo estava o da fome. Havia muita pobreza. A maioria dos que trabalhavam na terra não a possuíam ou acabava tendo que vendê-la e chegava até a ter que vender os filhos para sobreviver, ou mesmo ir embora para outros lugares. Isso configurava um outro problema: o povo não tinha recursos para defender a posse de sua terra (4,3-4). E a situação se agravava ainda mais porque os próprios parentes ricos exploravam os mais pobres. Eles compravam suas terras não para devolvê-las, como a Lei previa, mas para acumular para si (4,4-6). Desse modo, a família ia se desintegrando porque o clã, que era a grande família, constituída pelos parentes, deixou de se ajudar mutuamente e cada pequena família tinha que se virar sozinha.

Esta situação corresponde à época de Esdras e Neemias. Estes homens se preocupavam zelosamente com a pureza da fé do povo, com o cumprimento da Lei e proibiam os casamentos com os estrangeiros. O

autor ou autora do livro de Rute mostra, de uma forma simples mas sutil e perspicaz, um Deus plenamente comprometido com a causa do pobre, da mulher e da estrangeira. Creio que aqui temos duas contribuições muito fortes desse livro. Um é esse novo jeito de ler a Lei que critica duramente os poderosos, em seu egoísmo, ao usarem-na em favor de seus próprios interesses fazendo-os assumir novas posturas (4,8-9). A outra é o novo jeito de ler a Lei que critica aqueles que como Esdras queriam a expulsão das mulheres estrangeiras com seus filhos (Esd 10,3-11). O livro mostra o grande valor da moabita Rute que não só vai ser referida com palavras que lembram a Abraão ao deixar pai, mãe e terra (2,11) como vai culminar na aclamação do povo pedindo que ela seja como Raquel e Lia, as mães das doze tribos de Israel (4,11), que seja abençoada como Tamar (4,12) que fez com que a Lei fosse cumprida em favor dos pequenos. Rute até é mediadora da esperança messiânica depositada no filho que ela conceberá (4,13-14). E tanta importância teve essa história na memória do povo que no evangelho de Mateus a referência a Rute figura na genealogia de Jesus (Mt 1,5).

O livro de Rute mostra como a luta corajosa dessas duas mulheres foi capaz de interferir nos setores de poder da época. Dentre estes setores está o campo/a propriedade onde Rute foi catar o restolho, aparecendo na narrativa a deturpação que ocorria na época com esse direito dos pobres. Outro setor é a eira, lugar onde se juntava a colheita e se celebrava a bênção dos frutos. Na eira, Rute exigiu de Booz o cumprimento da outra lei que favorecia os pobres, o resgate. Outro setor ainda é o portão da cidade, lugar onde se reuniam os poderosos proprietários de terra para regular as questões de justiça. Neste lugar, Booz, impulsionado por Rute, assumiu a causa das viúvas e fez com que a Lei fosse cumprida em favor delas. O parente que desejava resgatar a terra apenas para acumular a propriedade e não assumir as viúvas era evidenciado como egoísta e passava o seu direito de resgate para aquele que realmente ia cumpri-lo, não em benefício próprio mas em favor delas. Nestes três âmbitos — o campo, a eira e o portão — o poder estava na mão dos poderosos e Rute e Noemi em sua luta pela vida subverteram o jeito de executar a Lei e conseguiram que ela voltasse a favorecer o pobre.

Mas há mais outro espaço de poder fundamental no livro de Rute. Nele as mulheres estavam na ponta das decisões. Nesse espaço Noemi e Rute se articulavam e construíam a esperança. De lá Rute saía confiante e cheia de planos. Para lá retornava de mãos cheias: uma saca cheia de espigas e outras assadas que sobraram do almoço (2,18); as seis medidas de cevada que ganhou na noite que esteve com Booz na eira (3,15) e a promessa do resgate; o compromisso de compra da terra, da perpetuação do nome da família de Elimelec (4,9-10) e por fim o filho que ela gerou (4,13). Tudo isto está em contraste com a afirmação de Noemi ao chegar em Belém dizendo-se amargurada porque Deus a havia feito voltar de mãos vazias (1,21).

A casa é este espaço de poder. Poder da mulher, poder dos fracos, dos empobrecidos, dos pequenos. O âmbito da casa foi ganhando relevância na medida que a história se desenvolveu até atingir o ápice quando a matriarca Noemi recebeu o neto e foi bendita pelas vizinhas (4,24-16). A esperança de resgate, de libertação, foi preparada na casa e lá se concretizou. É da casa que as mulheres se articulam para preservar a dignidade da vida e fazer valer o direito dos pequenos.

É impressionante que, a despeito de toda a realidade patriarcal da época em que viveram Rute e Noemi, conste um relato tão forte e tão concreto de duas mulheres que tomaram a iniciativa de fazer a Lei ser cumprida, de garantir sua sobrevivência, de lutar pela posse da terra, de preservar a família. E não só temos esses sinais de ação das mulheres como também é extremamente significativo que o livro encerre com uma imagem essencialmente patriarcal. E um matriarcado reconhecido socialmente porque as vizinhas reconheceram no filho gerado por Rute a esperança para Israel e a graça devolvida a Noemi: “E Noemi tomando o menino, colocou-o no colo e serviu-lhe de ama. (...) As mulheres disseram então a Noemi: Bendito seja Javé, que não te deixou sem alguém para te resgatar; que o seu nome seja célebre em Israel! Ele será para ti um consolador e um apoio na tua velhice, pois quem o gerou é tua nora, que te ama, que para ti vale mais do que sete filhos (4,14-16).

Tânia Mara Vieira Sampaio, pastora metodista, é pós-graduanda em Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em São Bernardo do Campo (SP).

ESCOLA UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO

PARTICIPAÇÃO POPULAR E ESCOLA PÚBLICA — movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis
Vera Masagão Ribeiro (org.), Cadernos do CEDI 19, São Paulo, 1989, 77 páginas, 21x27 cm



PARTICIPAÇÃO POPULAR E ESCOLA PÚBLICA
movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis
Cadernos do CEDI 19

João Pedro da Fonseca

A participação popular constitui um dos temas mais freqüentes nos debates a respeito da educação brasileira.

O sistema escolar brasileiro tem sido denunciado pelo seu caráter autoritário e excludente, comprometido que está com os interesses das elites, das classes dominantes, da minoria privilegiada da população.

A partir dessa constatação, questiona-se: como colocar o sistema escolar a serviço da maioria? Como tornar a educação efetivamente um direito do cidadão e dever do Estado?

Há algum tempo atrás estas questões estiveram presentes nos debates a respeito da educação popular, tendo as discussões se polarizado. De um lado colocaram-se os que viam possibilidades da educação popular no interior do aparelho do Estado. Do outro lado, os que achavam ser possível a educação popular apenas fora do aparelho estatal. Diziam estes últimos que, sendo a escola um aparelho ideológico de Estado (AIE), ela estaria forçosamente a serviço da dominação, da opressão, da exclusão, da discriminação.

Esta polarização atenuou-se com o debate a respeito da participação popular que vem sendo ampliado tanto nos meios acadêmicos quanto nos movimentos sociais.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) participa desse debate e dedica um número de seus cadernos ao tema *Participação Popular e Escola Pública*.

Trata-se de três artigos a respeito

das formas atuais de participação na escola: Associações de Pais e Mestres, Conselho de Escola e os Grêmios Estudantis, além de uma entrevista e uma análise crítica a respeito do significado da participação popular na escola.

O leitor encontra relatos de experiências de participação popular na escola em que são reveladas as dificuldades para torná-la efetiva. Mostrando os limites e as possibilidades dessas novas práticas, os autores demonstram uma percepção crítica da questão, equidistante da ingenuidade e do ceticismo.

O artigo de Marília Pontes Spósito traz à discussão as questões mais complexas relacionadas à participação popular na escola, pano de fundo de toda a publicação, fazendo uma "amaração" dos assuntos tratados nos demais artigos.

Os autores alertam que "nosso objetivo não foi esgotar o tema, mas sim levantar alguns questionamentos em torno deles. Limitando-nos a realidades circunscritas ao Estado de São Paulo, procuramos estabelecer um confronto entre os limites e as possibilidades que os movimentos sociais encontram em sua relação com a escola pública".

Considero que o objetivo foi atingido. Há necessidade de trocas de outras experiências entre os movimentos sociais e maior aprofundamento das questões apresentadas no Caderno do CEDI 19.

João Pedro da Fonseca é professor do Departamento de Economia e Administração da Faculdade de Educação da USP.

Lançamentos

A NOVA CONSTITUIÇÃO — AVALIAÇÃO DO TEXTO E PERFIL DOS CONSTITUINTES

João Gilberto Lucas Coelho e Antonio Carlos Nantes de Oliveira, Revan, Rio de Janeiro, 1989, 455 pp, 14x21cm

Analisa a participação de cada um dos deputados federais e senadores, em plenário durante a elaboração da nova Constituição. Numa democracia é também papel do cidadão investigar detalhadamente o que foi feito com seu voto.

A SANTÍSSIMA TRINDADE É A MELHOR COMUNIDADE

Leonardo Boff, Vozes, Petrópolis, 1988, 183 pp, 13,5x21cm

A concepção trinitária de Deus é tão revolucionária para a sociedade, a Igreja e a auto-compreensão da pessoa que o autor, retomando trabalhos anteriores, se dispôs a difundir-la nesse trabalho de uma forma mais popular.

